

## Quem disse ?

«Os preços das casas poderiam baixar se as câmaras utilizassem a hipótese legal de impor 25 por cento da construção a custos controlados»

**Leonora Coutinho**  
Diário de Notícias  
3 de Dezembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1133 • 6 DEZEMBRO 2001 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director **António José Seguro** • Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/accao> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Autárquicas

### Combate sem tréguas

Nunca uma campanha autárquica foi tão mediatizada como a que estamos a viver. Nas televisões e nas rádios os debates dão o mote à programação, os jornais enchem páginas com as actividades e as iniciativas dos candidatos e as deslocações dos líderes partidários, e a própria Net não escapou à proliferação de sites.

Com tanta informação disponível deveria ser fácil escolher o candidato e decidir o voto. Mas não é. A demagogia e o populismo fácil criam um insuportável ruído de fundo que prejudica a decisão consciente do cidadão eleitor que ainda por cima se vê confrontado com sondagens contraditórias.

Não há vitórias antecipadas nem derrotas garantidas. Daqui até 16 de Dezembro o tempo é de combate partidário sem tréguas e luta política pela conquista do poder local.

Os socialistas têm um projecto autárquico para o País que passa pela descentralização e reforço das competências dos municípios. Os socialistas orgulham-se de, no governo, terem cumprido a Lei das Finanças Locais, e nas autarquias por si lideradas haver obra feita para apresentar.

O PS confia, pois, num bom resultado mas está atento às manobras eleitoralistas da oposição que pretende transformar estas eleições em legislativas quando elas são autárquicas.

Na actual conjuntura internacional difícil e complexa, é altamente irresponsável tentar abrir uma crise política, derrubar o governo e provocar eleições antecipadas, como tem vindo a ensaiar o líder do maior partido da oposição. Receando perder o poder dentro do seu próprio partido, aposta na desestabilização do país para assegurar a sobrevivência política. A 16 de Dezembro a escolha é para o governo mas de cada um dos 308 municípios do País.

# Força PS

## ANTÓNIO GUTERRES EM CAMPANHA



### União Europeia

#### Resíduos eléctricos Portugal antecipa-se a directiva europeia



Portugal continua a marcar pontos no domínio ambiental. Exemplar é o facto de Portugal se ter antecipado «pela primeira vez» a uma directiva comunitária, com o decreto-lei sobre Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE), aprovado na última reunião do Conselho de Ministros.

### Sociedade & País

#### Guterres quer Portugal primeira plataforma atlântica da Europa



O primeiro-ministro reafirmou o empenho do Governo no desenvolvimento de uma política de afirmação de Portugal como «primeira plataforma atlântica na Europa». Por isso, até 2006, serão investidos 130 milhões de contos no sistema dos grandes portos comerciais e mais 50 milhões de contos nos sistemas logísticos de articulação entre portos e outros meios de transporte.



NOTA

A Direcção

Tal como anunciado, desde Setembro que a equipa do «Acção Socialista» tem vindo a preparar o relançamento do jornal.

Não tem sido fácil dado os poucos recursos humanos e financeiros que temos à nossa disposição. Não obstante, estamos em condições de marcar para o dia 10 de Janeiro o início de uma nova fase do «Acção Socialista», de modo a fazer do jornal um instrumento de divulgação da actividade dos socialistas e de combate político.

Não é hoje o momento de vos falarmos dessas mudanças, mas estamos convictos de que a nova fase do «Acção Socialista» irá de encontro aos desejos dos militantes e simpatizantes do PS.

Hoje é tempo para renovar agradecimentos ao camarada José Manuel Viegas que cessa as suas funções de director-adjunto. Ao longo destes quase 6 anos o «Acção Socialista» conheceu a luz do dia graças ao trabalho dos seus colaboradores, mas muito em particular do José Manuel Viegas. Sem ele, estamos convictos, muitas edições do jornal não teriam conhecido a luz do dia. Num partido onde nem sempre impera a justiça e a gratidão é muito rara, queremos, todos, caro José Manuel Viegas, enaltecer o teu sacrifício, a tua dedicação e a tua militância.

Mas estas palavras não são sinónimo de despedida, pois o José Manuel Viegas continuará a colaborar com o «Acção Socialista» e assume a partir deste mês toda a coordenação da área administrativa e financeira do jornal.

Para o lugar de director-adjunto convidámos o camarada Silvino Gomes da Silva, jornalista de profissão, antigo director do Jovem Socialista e militante entusiasta do novo projecto para o jornal.

Como é hábito o jornal interrompe a sua edição na semana que decorre entre o Natal e o Ano Novo, e também na semana seguinte, regressando no dia 10 com muitas novidades.

António José Seguro

SEMANA

## Infra-estruturas rodoviárias Portugal recebe prémio europeu

Portugal recebeu o prémio europeu do transporte na secção «Infra-estruturas Rodoviárias 2001».

O anúncio foi feito, no passado dia 30, pelo Ministério do Equipamento Social.

O galardão foi atribuído pelo júri «Prémios Europa do Transporte», que integra a Confederação Espanhola de Transportes de Mercadorias (CETM) e membros da publicação «Transporte Profissional».

O prémio foi entregue ao administrador do Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR), Bico da Costa, que representou o ministério.

A CETM, que integra as associações de transportes mais representativas de Espanha, «distingue a excelência de serviços em áreas de logística e formação profissional, entre outras».



## Solidariedade Guterres quer mais portugueses no voluntariado

O voluntariado tem um «papel decisivo» no reforço da coesão e no combate ao défice da vida comunitária e de cidadania, considerou, no dia 1, o primeiro-ministro, António Guterres.

O governante falava durante a Abertura do Congresso Nacional dos Voluntários, em Lisboa, ocasião em que lançou um apelo à presença de mais voluntários portugueses nos cenários internacionais.

«Hoje tendemos a viver em sociedades atomizadas onde a vida em que a lógica da comunidade e da partilha se tem vindo a perder», sublinhou o chefe do Governo, salientando também que o voluntariado é

um meio de combater esta atomização. Por outro lado, continuou Guterres, voluntariado «é uma forma privilegiada de expressão de cidadania».

António Guterres disse também ser «necessário aperfeiçoar» os mecanismos que estimulem o voluntariado em Portugal, muito embora não se mostrasse de acordo com a profissionalização desta actividade. O primeiro-ministro lançou ainda aos congressistas um repto para se encontrar soluções para desenvolver em Portugal «meios e formas» para uma mais activa presença de voluntários portugueses nos cenários internacionais.

## Audiovisual Lei do Cinema em discussão pública

A discussão pública do novo projecto de decreto-lei do Cinema, Audiovisual e Multimédia decorre até ao dia 15 de Janeiro, coincidindo com um encontro entre a Plataforma do sector, o ministro da Cultura e o secretário de Estado da Comunicação Social.

A nova lei foi enviada, no dia 3, a todos os representantes das áreas do cinema, audiovisual e multimédia, dando-se início ao assim ao período de discussão pública que, nesta primeira fase, visa fazer chegar à tutela críticas, sugestões e comentários.

Segue-se um período em que irão decorrer reuniões com os parceiros do sector para discutir eventuais alterações, seguindo depois o documento para apreciação em Conselho de Ministros e posterior promulgação pelo Presidente da República.



Recorde-se que a primeira grande legislação para o sector data do início dos anos 70 e foi considerada bastante avançada na altura. Em 1993 foi aprovado um decreto-lei que se tornou o quadro legal vigente.

ASSINE  
&  
DIVULGUE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

ACÇÃO  
SOCIALISTA

NOVO ENDEREÇO  
www.partido-socialista/accão

## GUTERRES APELA À ESTABILIDADE E ELOGIA AUTARCAS SOCIALISTAS

**A estabilidade política do País centra a mensagem do discurso de António Guterres que no passado fim-de-semana esteve em Faro, Beja e Portalegre em acções de pré-campanha. As propostas e os projectos socialistas para cada um destes distritos foram também evidenciados pelo secretário-geral do PS que está, dentro dos limites da sua agenda, a dar todo o apoio no terreno às nossas candidaturas.**

**E**m Beja, onde participou no sábado, num encontro distrital de candidatos socialistas às câmaras do Baixo Alentejo, realizado no Núcleo Empresarial da Região de Beja, António Guterres lembrou que o PS foi a única força política a reconhecer a identidade do Baixo Alentejo, pelo que tem legitimidade para se apresentar como alternativa aos comunistas nas autárquicas de Dezembro.

«Só o PS tem um plano de desenvolvimento integrado para esta região», acrescentou Guterres, recordando que todas as obras significativas no distrito de Beja foram realizadas depois da vitória socialista nas legislativas de 1995.

Perante uma plateia de mais de 600 apoiantes, Guterres apontou como exem-plos de

investimentos da responsabilidade de governos do PS a barragem de Alqueva, a utilização civil da Base Aérea de Beja, o programa Polis e as acessibilidades de ligação a Espanha.

«Estão a ser lançados «os alicerces de uma região desenvolvida e profundamente transformada», sublinhou.

Referindo-se ao PCP como o «modelo do passado, baseado em conflitos e bloqueios», o líder socialista disse que resta à região escolher a mudança proposta pela única força política capaz de se constituir como alternativa.

«A nossa aposta é de qualidade e progresso, contrária a um espírito conservador, que quer manter tudo como está, de forma a perpetuar o poder», disse.

Depois de Beja, Guterres seguiu para Faro, onde num jantar organizado pelos socialistas algarvios, anunciou que vai haver um novo Plano de Ordenamento do Algarve (Protal), satisfazendo assim uma velha reivindicação dos autarcas.

O líder do PS, que realçou a importância económica do turismo no País e em especial no Algarve, passou em revista algumas das principais obras feitas na região, «sem paralelo» com a governação anterior, tais como a auto-estrada Lisboa/Algarve, Via do Infante e electrificação da linha de caminho de ferro.

Prometendo «trabalhar em conjunto» para elevar as condições de vida das populações,

Guterres reiterou: «Para nós, a única coisa que conta são as pessoas. E foi para as pessoas que o programa à Câmara de Faro, com Luís Coelho, foi concebido e vai ser realizado pela próxima vereação socialista.»

Já em Portalegre, no domingo, onde interveio durante um almoço promovido pela Federação de Portalegre para apoiar o cabeça-de-lista socialista à Câmara local, Amílcar Santos, o secretário-geral do PS criticou a estratégia do ainda líder laranja de utilizar os candidatos do PSD, que considerou «um duplo erro»

«Primeiro, porque nós temos uma Constituição e é nas eleições legislativas que se escolhe o Governo. Depois, porque ao fazer uma afirmação deste tipo, o líder do PSD está a transformar os seus candidatos numa espécie de tropa de choque para a instabilidade política», afirmou.

Segundo o secretário-geral do PS, Durão Barroso apenas está interessado em que os eleitores votem nos candidatos autárquicos do PSD para originar uma crise política e eleições antecipadas.

«Durão Barroso está a dizer às pessoas que votem no candidato do PSD de Portalegre, de Lisboa ou de qualquer outro concelho, não para resolver os problemas daquelas terras, mas para que se derrube o Governo. Para que haja uma crise política e eleições antecipadas», disse, realçando «a irresponsabilidade de tal ocorrer num momento de grande dificuldade da vida internacional».

Para António Guterres, essa é «uma diferença fundamental» entre as estratégias autárquicas do PS e dos partidos da oposição, nomeadamente o PSD.

Em relação ao distrito de Portalegre, o secretário-geral socialista falou da questão do gás natural para lembrar o «abandono» a que a região foi votada antes dos governos do PS.

«O gás natural é fundamental para aumentar a competitividade das empresas do distrito de Portalegre e levar a que outras tenham condições para se fixar», explicou.

Os governos do PSD, criticou, limitaram-se a fazer «um gasoduto que passava por Portalegre para levar o gás para o litoral, sem qualquer preocupação com as necessidades da população e das indústrias deste distrito».

Os investimentos realizados na Coudelaria de Alter do Chão, Escola de Hotelaria e Turismo e Pousada da Juventude de Portalegre, barragem do Pisão (Crato) e o encerramento das 23 lixeiras do norte alentejano foram referidos pelo líder do PS como exemplos do esforço do seu Governo para aproximar o distrito das regiões mais desenvolvidas do País.

«Não só deixámos uma política e uma lógica de abandono do interior e do norte alentejano, em particular, como passámos a concentrar um enorme esforço de investimento que não tem paralelo no passado, em Portalegre e no distrito», frisou.



## OS SOCIALISTAS TÊM UM PROJECTO AUTÁRQUICO PARA O PAÍS

**A estabilidade governativa em Portugal é fundamental para dar segurança às famílias e às empresas nestes tempos de grande incerteza e crise internacional. Esta a principal mensagem de António Guterres à Rádio Renascença, numa entrevista dominada, em grande parte, pela recente polémica em torno da taxa de alcoolemia, mas onde o Orçamento de Estado para 2002 e as próximas eleições autárquicas estiveram igualmente presentes. No programa «Conversas Cruzadas», do passado domingo, o nosso secretário-geral admitiu voltar a ser o candidato do PS a primeiro-ministro na eleições legislativas de 2003.**



Em resposta às constantes questões do jornalista Castro Moura sobre o alegado «caso da alcoolemia», o primeiro-ministro deixou claro que tudo se resumiu a uma divergência entre a Assembleia da República e o Governo. «Não foi só o PS, ou parte do PS, que votou a favor da suspensão. O PSD, o PP e o PCP também votaram e, portanto, se alguém cedeu a pressões foi um pouco o Parlamento no seu conjunto, e a questão que se pode pôr verdadeiramente é uma questão de relacionamento entre o Governo e o Parlamento, mas numa matéria cuja importância não justifica a questão da confiança.»

### taxa de alcoolemia

Depois de sublinhar ter agido com sentido de Estado e sacrifício pessoal, o secretário-geral do PS explicou as circunstâncias em que tudo se passou. Após uma ausência no estrangeiro, foi informado à chegada pelo líder da bancada socialista que o Grupo Parlamentar se opunha «de forma esmagadora» à manutenção da taxa de 0,2 g/l. Perante a discordância com a maioria da bancada, havia, segundo o chefe do Governo, duas alternativas em perspectiva: abrir ou não um conflito com o GP/PS. «Em cima da votação do Orçamento, ter aberto uma situação de conflito seria uma irresponsabilidade». Ainda sobre a

questão da taxa de alcoolemia, Guterres não hesitou em denunciar que a situação teve como «objectivo claro» procurar «criar na opinião pública a ideia de que tenho uma lógica maquiavélica que sacrifica valores a objetivos oportunistas». Remetendo para o «Parlamento no seu conjunto» a cedência a «pressões», o primeiro-ministro classificou este episódio como uma «tentativa de assassinato de carácter» por parte de alguns órgãos de Comunicação Social e partidos políticos, visando associá-lo a uma «lógica política maquiavélica».

Na entrevista à Rádio Renascença, o governante admitiu ainda «sujeitar» a opção do Executivo socialista de reduzir a taxa máxima de alcoolemia para 0,2 g/l às conclusões a que vier a chegar a comissão científica independente criada para o efeito.

António Guterres considerou «inaceitável» que um conjunto de forças políticas e de órgão de informação tenham interpretado o que aconteceu não como uma divergência, mas como «um plano maquiavélico» segundo o qual o próprio Guterres teria concordado que Governo e bancada parlamentar tivessem posturas opostas sobre mesma matéria, por forma a agradar a grebos e troianos. Guterres desmentiu categoricamente o alegado acordo entre o Executivo e o GP/PS, explicando que a situação é embaraçosa para o Governo e assegurando que só se fosse «completamente burro» teria planeado tal coisa.

Na recta final da entrevista, António Guterres sublinhou que mesmo sem a maioria absoluta no Parlamento tem assegurado a estabilidade governativa do País e que em 2003 está novamente disponível para servir o País. No caso de não aparecer ninguém melhor posicionado para defender as cores do Partido Socialista, Guterres deverá «ser a solução natural do PS» para candidato a primeiro-ministro.

**G**uterres garantiu que o Orçamento de Estado para 2002 defende as famílias e as empresas, enfatizando que a prioridade agora é gerir o País e não especular sobre as divergências em torno da taxa de alcoolemia.

Depois de justificar a apresentação dos orçamentos rectificativos pela perda de receitas fiscais em virtude da forte desaceleração da economia internacional face aos acontecimentos de 11 de Setembro, o primeiro-ministro defendeu que desta maneira é possível proceder a fortes cortes na despesas pública corrente, manter as despesas sociais e promover o investimento público.

Relativamente às eleições do próximo dia 16, o líder socialista afirmou que «existe um projecto do PS para as autarquias», e, como prova, disso ilustra com o facto de só a partir do governo PS ter sido cumprida a Lei das Finanças Locais. Sobre a sua participação na campanha do PS

para as autárquicas, o secretário-geral dos socialistas apresentou duas razões: a primeira prende-se com o novo desafio que constitui a cerca de 50 coligações PSD/PP; a segunda razão de Guterres deriva da existência de «situações de maiores riscos, em alguns pontos do País, perante as quais não se pode ser indiferente, antes pelo contrário, é necessário apoiar, ser solidário com os candidatos e ajudar na mobilização».

Guterres recusou peremptoriamente a ideia de que uma eventual derrota nas autárquicas 2001 corresponderia a um «cartão vermelho» ao Governo, tendo sublinhado que nestas eleições «o que está em causa é quem deve governar cada uma das autarquias», passando de imediato ao contra-ataque, acusou o PSD de pretender apenas «criar uma crise política, derrubar o Governo, o que é inaceitável quando enfrentamos um crise internacional muito complexa».

## GUTERRES PEDE MAIS SOLIDARIEDADE E EMPENHAMENTO

**A luta contra a sida requer de todos os portugueses uma atitude cada vez mais determinada e empenhada, e um combate ao egoísmo e indiferença que venha a reflectir-se numa maior cultura de solidariedade.**

**E**sta posição do primeiro-ministro consta de um depoimento feito para a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, entidade que elogia pelo seu trabalho de «dedicação e de destacado sentido humanista».

Em relação ao Dia Mundial Contra a Sida, Guterres diz acreditar que, «além de revelar um assinalável desenvolvimento de acções

objectivas, de natureza e alcance universais, tem também o mérito e a particularidade de acentuar, sobretudo nos tempos de hoje, a importância decisiva de uma verdadeira cultura de solidariedade».

«Creio mesmo que essa cultura de solidariedade é o elemento determinante na inalienável batalha, de todos nós, por uma sociedade mais humanista, que confira aos direitos humanos predominância fundamental e permita tornar mais activo, mais actuante e mais eficaz o combate a todos os flagelos e a todas e quaisquer formas de exclusão social», salienta o primeiro-ministro. No mesmo depoimento, António Guterres afirma estar convicto de que «só o aperfeiçoamento de um Estado de bem-estar poderá melhorar, dinamizar e universalizar as acções a

empreender, bem como aumentar a qualidade e a intensidade dos cuidados a prestar aos sectores mais desfavorecidos ou em maior risco».

«Todos sabemos que as modernas sociedades, abertas, plurais, assentam em sistemas de apoio ao desenvolvimento de forças económicas e à criação da riqueza e de postos de trabalho», lembra Guterres, para depois frisar que essas sociedades «exigem a definição de contratos sociais, garantindo redes universais de protecção, baseadas nos valores da dignidade humana e redes de defesa perante os riscos, também sociais».

Neste quadro, o primeiro-ministro sustentou que a campanha nacional e mundial contra o terrível flagelo da sida «exige cada vez mais dinamismo, mais determinação, mais participação colectiva,

com sistemas horizontais e integrados de acção para um combate que de todos nós e de todos os dias».

### Derrotar o egoísmo e a indiferença

«Não podemos baixar os braços. Não baixaremos os braços. Temos o dever moral e de cidadania de combater este flagelo», sublinha o chefe do Governo, que identifica os dois grandes inimigos da actualidade: «Temos de derrotar o egoísmo e a indiferença. Se os vencermos, irmanados no mesmo sentido espiritual da fraternidade e do bem, lançaremos alicerces de esperança a os que delas mais precisam», observa ainda Guterres.

## MAIS 12 HELICÓPTEROS PARA MODERNIZAR FAP

**A** execução de missões de busca e salvamento em combate (SAR/CSAR) para a Força Aérea Portuguesa (FAP) será beneficiada com a aquisição de um lote de 10 novos helicópteros. O Governo ratificou também a compra de mais dois helicópteros destinados a operar no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca (SIFICAP).

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, em reunião de Conselho de Ministros, realizada em São Bento, Lisboa, visando a modernização das FAP e implicando um investimento de cerca de 70 milhões de contos. Recorde-se que o adiamento da decisão da compra dos helicópteros por uma semana resultou na poupança de cerca de oito milhões de contos.

O ministro da Defesa, Rui Pena, adjudicou as prestações concursadas à EH Industries, Ltd e fixou a quantidade de helicópteros a adquirir em 12, sendo dois relativos ao lote SIFICAP e dez relativos ao lote SAR.

Pelo despacho ministerial foi adjudicado à EH Industries, Ltd. (proposta n.º 2, motorização RTM), o fornecimento de 11 a 14 helicópteros, equipamentos e serviços para a Força Aérea Portuguesa.

Esse acto de adjudicação foi praticado no âmbito do concurso com selecção de propostas para negociação com publicação prévia de anúncio n.º 1/DGAED/99, que está orientado para fins de relevante interesse público, por um lado, fins relacionados com as missões de busca e salvamento confiadas à Força Aérea Portuguesa; por outro lado, fins ligados às missões de fiscalização e controlo das actividades de pesca nas águas sob jurisdição portuguesa.

Recorde-se que Portugal tem a seu cargo uma área de responsabilidade – Flight Information Region de Santa Maria e Flight Information Region de Lisboa – que corresponde a cerca de um quarto do Atlântico Norte (aproximadamente seis milhões de quilómetros quadrados). Nessa área de responsabilidade, a FAP tem o dever de desempenhar, entre outras, missões de busca e salvamento de dia e de noite, inclusive com condições meteorológicas adversas.

Nas Zonas Económicas Exclusivas (até 200 milhas das costas do Continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira), Portugal tem de garantir a fiscalização e controlo das actividades de pesca.

Até agora, as missões de busca e salvamento têm sido desempenhadas pela frota de helicópteros Puma SA 330, ao passo que as missões Sificap vêm sendo desempenhadas apenas por aviões.

Não obstante o elevado profissionalismo de quem é chamado a operar essas aeronaves e a executar as missões inerentes, a verdade é que se têm verificado dificuldades na cobertura satisfatória das aludidas necessidades de interesse público, pois os helicópteros existentes não estão integrados no programa Sificap e os aviões que executam esse tipo de missões não podem, obviamente, actuar directa e imediatamente sobre o navio infractor



(limitando-se a verificar a infracção e a chamar meios marítimos).

Por isso, a substituição da frota de helicópteros Puma SA 330 por uma frota de helicópteros mais modernos (e, portanto, com capacidades acrescidas, designadamente no domínio Sificap) assumiu carácter prioritário no contexto da modernização das Forças Armadas Portuguesas.

A modernização era a tal ponto urgente que essa substituição foi expressamente contemplada na Lei n.º 50/98, de 17 de Agosto, mediante a qual se autorizou o Governo a iniciar a execução de vários programas de investimento público no âmbito da defesa nacional. Mais recentemente, a referida substituição foi igualmente contemplada na actual Lei de Programação Militar, aprovada pela Lei Orgânica n.º 5/2001, de 14 de Novembro.

### Ultrapassar insuficiências

A aquisição de uma nova frota de helicópteros permitirá, na verdade, ultrapassar as insuficiências do Puma SA 330 e, por conseguinte, possibilitará o melhor cumprimento de missões de busca e salvamento e de fiscalização e controlo das actividades de pesca que estão confiadas à Força Aérea Portuguesa.

Em 2 de Julho de 2001, os concorrentes EH Industries, Ltd., e Sikorsky Aircraft Corporation apresentaram as respectivas propostas finais. Em 23 de Novembro de 2001, apresentaram as suas últimas e melhores propostas de preço de aquisição.

As propostas finais, devidamente integradas das últimas e melhores propostas de preço de aquisição, foram avaliadas segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, com base nos factores constantes do n.º 12 do Programa do Concurso: requisitos desejáveis e ensaios de operação e manutenção; custo de aquisição e custos de operação e suporte; e contrapartidas. Tais factores foram aplicados nos seguintes termos constantes da Metodologia de Avaliação

oportunamente publicitada.

A proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com a Metodologia de Avaliação, é a proposta n.º 2, da EH Industries, Ltd. (82,69 por cento), seguida da proposta n.º 2-A, do mesmo concorrente (80,85 por cento), e da proposta n.º 3, da Sikorsky Aircraft Corporation (80,66 por cento).

Com base em tais resultados, que derivam de uma aplicação estrita da Metodologia de Avaliação, as prestações concursadas foram adjudicadas à EH Industries, Ltd., nos termos da respectiva proposta n.º 2 (helicóptero EH-101 com motorização RTM).

Destaque-se a evolução das propostas de preços:

- A EH Industries, Ltd., desceu o preço de

441.544.317 euros (Outubro de 1999) para 392.821.496 euros (Julho de 2001) e, por fim, para 350.821.495 euros (Novembro de 2001); ou seja, entre Outubro de 1999 e Novembro de 2001, o preço proposto pela EH Industries, Ltd., desceu cerca de 90.000.000 euros (cerca de 18.000.000.000\$);

- A Sikorsky Aircraft Corporation, começou por aumentar o preço de 317.977.076 euros (Outubro de 1999) para 370.681.852 euros (Julho de 2001), tendo depois terminado por uma descida para 330.000.000 euros (Novembro de 2001).

Sublinhe-se que, na sua última e melhor proposta de preço de aquisição, a EH Industries, Ltd., apresentou uma redução de 42.000.000 euros (cerca de 8.400.000.000\$). A diferença em relação ao preço da EH Industries, Ltd., ficou circunscrita a cerca de 20.000.000 euros (aproximadamente 4.000.000.000\$), o que equivale a cerca de 1.400.000 euros por helicóptero (aproximadamente 280.000.000\$).

O acréscimo de preço do helicóptero EH 101 é largamente compensado pela mais-valia técnica e operacional do mesmo, como, aliás, resulta da Metodologia de Avaliação; a relação custo/benefício é, pois, favorável à proposta da EH Industries, Ltd.

Essa mais-valia técnica e operacional é visível em aspectos tão importantes como os da motorização (o helicóptero EH 101 dispõe de três motores, ao passo que o helicóptero S-92 apenas dispõe de dois), segurança ou capacidade de carga.

Para além disso, o referido acréscimo de preço é ainda largamente compensado por outras vantagens, que não foram ponderadas por virtude das limitações da Metodologia de Avaliação.

### PARLAMENTO

### Votação final

## OE 2002 APROVADO E CRISE LARANJA CHUMBADA

O Orçamento de Estado de 2002 (OE 2002) foi aprovado, no passado dia 30, na Assembleia da República, em votação final global, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do deputado independente Daniel Campelo. Os partidos da oposição votaram contra, registando-se a mesma votação para as Grandes Opções do Plano. Como estavam presentes todos os 230 deputados, o Presidente da AR, Almeida Santos, optou pela votação por bancada, e, desta vez, não houve dramas de última hora. Os 115 deputados do PS votaram a favor, Campelo absteve-se e votaram contra 114 deputados (PSD, PCP, PP, Verdes e BE). O primeiro-ministro acusou o PSD de ter tentado chumbar o Orçamento de Estado de 2002 apenas com o objectivo de abrir uma crise política no País.

Após a votação final global do OE 2002,

António Guterres congratulou-se com o resultado da votação.

«O debate demonstrou que a oposição tinha como única finalidade chumbar o Orçamento para derrubar o Governo», lamentou Guterres, antes de contrapor esse comportamento com a ideia de que o Governo e o PS «procuraram preservar a estabilidade política e o trabalho a favor das famílias portuguesas».

António Guterres acusou os deputados laranja de «tudo terem feito para provocar uma crise política e criar problemas à economia nacional, numa situação de crise internacional».

«Perdeu quem apostou numa crise e ganhou quem apostou na estabilidade. Percebo o desespero de quem perde», acrescentou o primeiro-ministro.

PESCAS E PORTOS

**Assinado contrato para ampliação da doca de Setúbal**

Os secretários de Estado da Administração Portuária e das Pescas, José Junqueiro e José Apolinário, presidiram, no dia 4, à assinatura do contrato de ampliação da doca de pesca do porto de Setúbal, no montante de 1,5 milhões de contos.

Trata-se de uma obra que foi adjudicada ao consórcio Etermar/Somague e que será financiada em 885 mil contos pela União Europeia, sendo os restantes 590 mil contos assegurados pelo Governo português, através do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração central (PIDDAC) de 2002 e 2003.

As obras consistem, essencialmente, na construção de um quebra-mar em caixotões de betão armado, numa extensão de 275 metros, e na manutenção e recuperação de infra-estruturas existentes, mas que se encontram bastante degradadas.

Com a melhoria significativa das infra-estruturas de pesca, ficam criadas condições para descarga de embarcações de pesca de outros portos que pescam regularmente na região de Setúbal, bem como para a descarga do pescado de embarcações de maior porte.

De acordo com a APSS, após a ampliação da doca de pesca a cidade de Setúbal deverá aumentar as cotas de expedição de pescado, invertendo a situação existente, em que a recepção de pescado proveniente de outros portos portugueses e estrangeiros é superior à expedição a partir do porto de Setúbal.

Segundo o secretário de Estado da Administração Portuária, José Junqueiro, «a ampliação da Doca de Pesca do porto de Setúbal permitirá o aumento de capacidade de abrigo da actual doca de pesca e dos locais de descarga do pescado, para além de reforçar a segurança dos pescadores e a competitividade do porto de pesca de Setúbal».

«Por outro lado, trata-se de uma obra importante para cerca de 60 por cento da população da freguesia da Anunciada, que depende da actividade piscatória e da restauração», acrescentou.



CULTURA

**Ministro pede «esforço adicional» à RTP**

O ministro da Cultura solicitou à RTP «uma maior rapidez na satisfação dos seus compromissos», admitindo que os produtores independentes de audiovisual atravessam um momento difícil devido à «situação preocupante» no mercado televisivo.

«Pedi à RTP um esforço adicional» no sentido de cumprir os pagamentos devidos aos produtores que são fornecedores da empresa, disse o governante.



Augusto Santos Silva falou, no dia 4, no final de uma audiência de duas horas e meia, solicitada pela Plataforma para a Criação de uma Indústria Audiovisual em Portugal, entidade que tem vindo a chamar a atenção para a situação desvantajosa que se vive no sector da produção para televisão.

Na reunião, realizada na segunda-feira no Palácio da Ajuda, estiveram também presentes o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, o presidente da RTP, João Carlos Silva, e o presidente do ICAM, Pedro Behran da Costa. A Plataforma fez-se representar por Nuno Artur Silva, Paulo Trancoso, António-Pedro Vasconcelos e João Barba.

Segundo o ministro da Cultura, o encontro «foi muito positivo», tendo sido dominado pela análise dos «sinais de crise» no sector audiovisual e também por um debate em torno das propostas de alteração legislativa contidas no anteprojecto de Lei do Cinema, Audiovisual e Multimédia, que até 15 de Janeiro próximo se encontra em discussão pública.

FINANÇAS

**Pulso forte no combate à fraude e evasão fiscais**

O ministro das Finanças, Oliveira Martins, garantiu, sábado, que o Governo vai usar «pulso forte» no combate à fuga de capitais, fraude, à corrupção e ao branqueamento de capitais. Oliveira Martins respondia deste modo a críticas feitas pela da bancada laranja quanto a um eventual «reco na reforma fiscal», devido às alterações ao Orçamento de Estado (OE).

«Em Portugal vigora o sistema da tributação sobre o rendimento, queremos mantê-lo», sublinhou o governante.

«O Governo quer combater a fuga de capitais, criando condições de competitividade e de confiança para os agentes económicos, o que obriga a um claro reforço da credibilidade fiscal ou um combate sem tréguas à fraude, à corrupção e ao branqueamento de capitais», explicou Oliveira Martins.



ORDENAMENTO

**Cooperação: projectos de Portugal têm execução de 100 por cento**

«Os projectos de cooperação entre Portugal, Espanha e Marrocos nas áreas do ordenamento de território e património cultural têm níveis de execução física de 100 por cento».

A afirmação foi feita pelo secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, na abertura de um seminário acerca da cooperação transnacional entre aqueles países, realizado, no dia 29, em Faro.

O governante enalteceu os níveis de execução plena que a dezena de projectos com participação portuguesa está a obter, superando as «dificuldades tradicionais associadas ao desenvolvimento de projectos que envolvem diferentes países e um número muito alargado de parceiros institucionais». A acção piloto em causa, que envolve um esforço financeiro global de aproximadamente três milhões de euros (600 mil contos), visa, entre outros, evitar a degradação e desaparecimento de valores patrimoniais em risco.

Os projectos que envolvem os três países, em torno de uma herança cultural comum, surgiram na sequência de um convite da Comunidade Europeia para apresentação de propostas conjuntas para acções piloto de cooperação transnacional aos estados membros formulado em 1996.



TRABALHO E FORMAÇÃO

**Estado acompanha crise da Sotima**

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, António d'Ornelas, assegurou, no dia 3, em Castelo Branco, que os serviços do Estado estão a acompanhar a situação de crise da Sociedade de Transformação de Madeiras (Sotima), de Proença-a-Nova.

A preocupação relativamente à Sotima volta-se para a salvaguarda dos direitos sociais dos cerca de 230 trabalhadores da empresa de aglomerados, que desde 9 de Outubro está a atravessar um período conturbado que levou, inclusivamente, à suspensão da laboração. Recentemente, os trabalhadores admitiram voltar ao trabalho, assim que surgisse uma proposta credível para a viabilização da empresa.

Com um passivo de três milhões de contos, a SOTIMA é um dos principais pólos empregadores do concelho de Proença-a-Nova.

A Segurança Social e a Caixa Geral de Depósitos são as principais entidades credoras da empresa.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que ratifica o despacho do ministro da Defesa Nacional, que homologa o relatório final da Comissão do concurso com selecção de propostas para negociação, relativo à aquisição de um lote de dois helicópteros destinados a operar no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca (SIFICAP), e de um lote de nove a 12 helicópteros destinados à execução de missões de Busca e Salvamento em Combate (SAR/CSAR) para a Força Aérea Portuguesa; que adjudica as prestações concursadas à EH Industries, Ltd e fixa a quantidade de helicópteros a adquirir em doze, sendo dois relativos ao lote SIFICAP e 10 relativos ao lote SAR;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE);
- Um decreto regulamentar que aprova o Plano de Bacia Hidrográfica das ribeiras do Algarve;
- Um diploma que altera o artigo 4º do decreto-lei que estabelece o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais e municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime jurídico de exploração do metropolitano ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã;
- Um decreto-lei que estabelece as regras de redenominação automática em euros de valores mobiliários e do capital das sociedades comerciais e outras entidades, bem como dos valores mobiliários representativos de dívida no final do período transitório;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a extinção da estampilha da Liga dos Combatentes da Grande Guerra;
- Uma proposta de resolução que aprova a decisão dos representantes dos Governos dos Estados-membros da União Europeia reunidos no Conselho relativa aos Privilégios e Imunidades concedidos ao Instituto de Estudos e Segurança e ao Centro de Satélites da União Europeia, bem como aos seus órgãos e aos membros do seu pessoal;
- Um decreto-lei que estabelece as regras de integração e transição do pessoal não docente a prestar serviço na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação (FCNA) da Universidade do Porto, nos lugares do respectivo quadro de pessoal;
- Um decreto-lei que altera a estrutura, atribuições e funcionamento da Secretária-Geral do Ministério da Juventude e Desporto;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário;
- Uma resolução que delega no ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, com possibilidade de subdelegação, a competência para autorizar a realização da despesa e a prática de todos os actos procedimentais relativos à atribuição em regime de concessão da exploração exclusiva, durante três anos, das ligações regulares nas rotas Lisboa/Terceira, Lisboa/Horta, Lisboa-Porto/Ponta Delgada e Funchal/Ponta Delgada;
- Um decreto que altera a finalidade da desafectação do Regime Florestal Parcial de uma área de 120 hectares consagrada pelo decreto n.º 38/88, de 15 de Outubro, situada no concelho de Mira, e que se destina à instalação de um equipamento turístico de golfe e estruturas de apoio;
- Uma resolução que ratifica a prorrogação do prazo de vigência, por mais um ano, a partir de 2 de Outubro de 2001, das medidas preventivas para a área de intervenção do futuro Plano de Urbanização de Tarouca, ratificadas pela resolução do Conselho de Ministros n.º 111/99, de 2 de Outubro, continuando o Plano Director Municipal de Tarouca suspenso para a respectiva área;
- Uma resolução que ratifica a revisão do Plano Director Municipal de Carregal do Sal;
- Uma resolução que designa Filipe Duarte Branco da Silva Santos, Manuel Victor Moreira Martins, Victor Manuel da Silva Santos, José Manuel Lage Campelo Calheiros, João Manuel Dias dos Santos Pereira e Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha, elementos do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS);
- Uma resolução que designa os membros dos órgãos sociais da Párpública – Participações Públicas (SGPS) SA;
- Uma resolução que aprova a aquisição, para o Estado Português, do imóvel sito 2012 Massachusetts Avenue N. W. Washington, DC, para reinstalação dos Serviços da Embaixada de Portugal em Washington;
- Uma resolução que exonera José Pocinho dos Santos Batista do cargo de vogal do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, devido a termo de mandato;
- Uma resolução que exonera Maria Helena Rodrigues da Costa Garcia do cargo de vogal do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, devido a termo de mandato;
- Uma resolução que renova o mandato Rui Leão Martinho para o cargo de presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2001;
- Uma resolução que nomeia António Manuel da Silva Osório para o cargo de vice-presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2001;
- Uma resolução que nomeia Rodrigo Fernandes Homem de Lucena para o cargo de vogal do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2001.

## SUBSÍDIOS VÃO SER PAGOS UM MÊS APÓS REQUERIDOS

A partir de 2002 os subsídios de desemprego passarão a ser pagos um mês após serem requeridos.

O presidente do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Martins Alves, referiu que a demora média nacional ainda é de 60 dias e atinge três meses na região de Lisboa e Vale do Tejo, mas garantiu que após o primeiro pagamento o subsídio passa a ser feito regularmente, no final do mês a que diz respeito. Garantiu que nos distritos de Viseu, Castelo Branco e Portalegre o prazo do primeiro pagamento não excede os 30 dias, objectivo fixado para 2002.

O presidente do ISSS salientou que há dificuldades com o tratamento do registo de remunerações, que é efectuado manualmente, agravado com o facto de frequentemente passar pela banca e a entrega dos documentos se atrasar.

Relativamente aos subsídios de doença e maternidade, afirmou que o prazo médio de pagamento após o requerimento é de um mês, sendo mais elevado na região de Lisboa e da ordem das duas semanas em Viseu e Castelo Branco.

Martins Alves sublinhou que a partir de Janeiro de 2002 o tratamento das folhas de remunerações passa a ser feito por leitura óptica, o que permite um tratamento quase em tempo



real das contribuições e a sua inserção numa base de dados informática.

Para além disso, pretende-se que a inscrição no centro de emprego e a entrega do processo de subsídio de desemprego possam ser feitos em simultâneo e no mesmo local, facilitando e acelerando o processo de requerimento do subsídio.

Precisou que há em Portugal 165 mil desempregados a receberem o correspondente subsídio.

Segundo o Orçamento da Segurança Social, as despesas com prestações de desemprego são de 171 milhões de contos em 2001, verba que se deverá manter em 2002.

## GESTÃO EQUILIBRADA

As Ribeiras do Algarve passaram a dispor de um plano de bacia hidrográfica, aprovado na reunião do Conselho de Ministros, que decorreu na residência oficial do primeiro-ministro, no dia 29.

A equipa governativa chefiada por António Guterres decidiu implementar uma gestão equilibrada e racional dos recursos hídricos nacionais e uma estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos. Com o PBH das Ribeiras do Algarve, vai avançar o diagnóstico da situação existente nesta bacia hidrográfica, traçam-se objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos, delineiam-se propostas de medidas e acções e estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e acções seleccionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos, bem como definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objectivos enunciados.

Esta estratégia tem sido prioritária na política do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, como o testemunha a anterior aprovação por dos planos de bacia hidrográfica dos rios internacionais (Minho, Douro, Tejo e Guadiana), tendo sido inaugurado por essa via um novo instrumento de planeamento sectorial – o dos recursos hídricos – constituindo um relevante passo na concretização de um modelo mais moderno, dinâmico e adequado à

gestão das bacias hidrográficas.

Subsequentemente, o Executivo aprovou um conjunto significativo de planos de bacia hidrográfica dos rios nacionais (Lima, Cávado, Ave, Leça, Vouga, Mondego, Lis, Sado e Mira), visando a implementação da referida estratégia global de Planeamento Nacional dos Recursos Hídricos, a qual deverá culminar com a aprovação do Plano Nacional da Água, que já se encontra em fase de discussão pública.

É nesse sentido que se compreende a aprovação do presente Plano de Bacia Hidrográfica das ribeiras do Algarve, que tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia moderna e racional de gestão e utilização da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, em articulação com o ordenamento do território, a conservação da natureza e a protecção do ambiente.

Este instrumento de planeamento significa muito mais do que o mero cumprimento da legislação nacional e comunitária, na medida em que constitui uma abordagem integrada dos nossos recursos hídricos, fornecendo informação, sistematizando objectivos e recursos de uma forma inteligível para a generalidade dos cidadãos, dando coerência à acção e fornecendo aos responsáveis políticos e da Administração Pública um conjunto fundamentado de sugestões e orientações tendo em vista a tomada de decisões mais correctas no domínio dos recursos hídricos.

## GAMA REALÇA PAPEL DE PORTUGAL NA LUTA CONTRA O TERRORISMO

**J**aime Gama sublinhou no dia 4, em Bucareste, a necessidade de se adoptarem «medidas coordenadas para combater o terrorismo», considerando que a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), cuja presidência Portugal assume em Janeiro próximo, tem um papel importante na sua aplicação, uma vez que está «activa e eficiente» em áreas como o policiamento, lei e ordem, reforma judicial e segurança fronteiriça.

Ao intervir no IX conselho ministerial da organização, o ministro dos Negócios Estrangeiros congratulou-se com a adopção do Plano de Acção Mundial contra o Terrorismo pelo IX Conselho, «que beneficia da interacção entre os esforços globais e regionais antiterroristas sob a égide da ONU» e no âmbito do qual a OSCE pode ter «um papel significativo na coordenação das iniciativas inter e intra-regionais».

Referiu também, neste contexto, a necessidade de reforçar a cooperação entre o espaço da OSCE e as regiões vizinhas, designadamente a Ásia e a Bacia do Mediterrâneo, «onde Portugal tem promovido activamente iniciativas com esse fim».

Jaime Gama referiu-se ainda ao papel de mediação exercido por Portugal no conflito que envolve a Moldova e as autoridades da Transdniestria, sublinhando a necessidade de «progressos concretos em 2002 na negociação de um acordo político» que defina, nomeadamente, «o estatuto da região no quadro de uma Moldova soberana e independente».

Na sua intervenção, o ministro português expôs ainda as linhas mestras da presidência portuguesa da OSCE, destacando como grandes prioridades o «reforço do diálogo



político» entre os Estados-membros, a «luta contra o terrorismo» e «os esforços para garantir a eficiência no funcionamento» da organização.

Reiterando que a «dimensão humana» continuará a ser central na actuação da OSCE, designadamente em questões como tráfico de seres humanos, tortura e

abolição da pena de morte, Gama salientou a importância de, no âmbito económico, «desenvolver a cooperação da OSCE com outras organizações internacionais, particularmente a União Europeia e a OCDE».

Na dimensão político-militar, destacou a necessidade de «desenvolver uma maior

sinergia e interacção entre o Fórum para a Segurança e Cooperação e o conselho permanente da OSCE» e o apoio às missões no terreno, designadamente na prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflitos, âmbito em que realçou a importância do conceito de «diplomacia preventiva».

## UNIÃO EUROPEIA PROPÕE 2004 ANO EUROPEU DA EDUCAÇÃO DESPORTIVA

**A** Comissão Europeia (CE) pediu no dia 29 de Novembro aos ministros da Educação, Cultura e Desporto da União Europeia (UE) que proclamem 2004 «Ano Europeu da Educação para o Desporto», para coincidir com a celebração dos Jogos Olímpicos de Atenas.

O objectivo desta iniciativa, orçada em 11,5 milhões de euros (cerca de 2,3 milhões de contos), seria estreitar a cooperação entre



as instituições educativas e desportivas da UE e mostrar que o desporto não é apenas um espectáculo, mas também um instrumento para a educação e integração. A proposta, apresentada pela comissária europeia da Educação e Desporto, Viviane Reding, deverá ser aprovada pelos Quinze no próximo ano.

O Ano Europeu da Educação para o Desporto terá três objectivos: exortar escolas e organizações desportivas a

trabalharem juntas para o melhor aproveitamento do valor educativo e a integração social do Desporto; destacar a importância do voluntariado durante os Jogos Olímpicos; promover os intercâmbios escolares através de encontros desportivos e culturais.

Segundo dados divulgados pela Comissão Europeia, um em cada três cidadãos comunitários praticam um desporto e existem 600.000 clubes desportivos na UE.



## PORTUGAL ANTECIPA-SE A DIRECTIVA EUROPEIA

**P**ortugal continua a marcar pontos no domínio ambiental. Exemplar é o facto do nosso país se ter antecipado «pela primeira vez» a uma directiva comunitária, com o decreto-lei sobre Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE), aprovado na última reunião do Conselho de Ministros. Por isso, José Sócrates prevê que Portugal ganhe um avanço de cerca de ano e meio no sector da reciclagem de REEE.

Segundo Sócrates, o facto de Portugal ter uma legislação antes de a União Europeia aprovar a directiva sobre o mesmo assunto «dá bem a ideia da maturidade a que chegou a política ambiental» do País.

O decreto-lei prevê a aplicação do princípio do poluidor/pagador – segundo o qual produtores e distribuidores de material eléctrico e electrónico vão pagar uma taxa que permitirá a reciclagem dos resíduos – e a constituição de uma entidade gestora no prazo de quatro meses após a publicação do diploma.

Em Junho, o Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia chegou a uma posição sobre o projecto de uma directiva europeia que visa o tratamento dos resíduos eléctricos e electrónicos, que só deverá entrar em vigor daqui a cinco anos.

O decreto-lei foi apresentado na semana passada pela presidente do Instituto dos Resíduos, Dulce Pássaro, em Tondela, durante a inauguração da Intercycling, a primeira unidade do País que recicla REEE. «Portugal, em definitivo, deixou de estar na cauda da União Europeia no que diz respeito aos resíduos», frisou Dulce Pássaro, afirmando que apenas nos países nórdicos e na Itália existe legislação sobre este tipo de resíduos.

Segundo a responsável, a proposta da directiva comunitária «terá de passar pelo debate no Parlamento Europeu, será aprovada provavelmente no prazo de um ano e meio ou dois» e depois ainda terá um prazo para ser transposta para o Direito interno.

No entanto, quando a directiva comunitária for transposta, Portugal terá de reformular o decreto-lei, uma vez que o âmbito é diferente: o diploma português estabelece que terão de ser recolhidos pelo menos dois quilos de REEE por habitante/ano, enquanto a directiva fala em quatro, segundo o governante.

Dulce Pássaro realçou que, «em primeira linha quem paga (para reciclar os resíduos) são os produtores e importadores, mas seguramente esse valor é repercutido no preço do bem», ou seja, pagam todos os portugueses que comprarem equipamentos eléctricos e electrónicos.

José Sócrates explicou que «o consumidor não paga nenhuma taxa, pode é ter um reflexo no preço inicial» do equipamentos eléctrico ou electrónico.

«Ou pagamos a poluição como vítimas, ou



pagamos como consumidores», acrescentou.

A gestão do fluxo de REEE pode ser desde já assegurada na Intercycling, inaugurada pelo ministro do Ambiente em Santiago de Besteiros, Tondela, e que se encontra licenciada para o efeito.

### Incluir produtores na gestão

Entretanto, o Governo aprovou também o decreto-lei que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE).

Para o efeito, prevê-se a constituição de uma entidade gestora responsável pela gestão dos resíduos electrónicos mediante a adopção do princípio da responsabilização dos produtores dos mesmos.

Os objectivos fundamentais de uma política integrada de gestão de resíduos traduzem-se prioritariamente na prevenção da sua produção, seguida da sua valorização, através da reutilização, reciclagem e valorização energética.

Apenas deverão ser encaminhados para eliminação os resíduos não passíveis de prevenção ou de valorização.

Segundo esta linha, o presente diploma atribui aos produtores/importadores a responsabilidade pela correcta gestão dos seus EEE (equipamentos eléctricos e electrónicos) quando estes chegam ao final do ciclo de vida útil, sem prejuízo das responsabilidades de outros intervenientes no circuito de gestão de REEE (resíduos de EEE), nomeadamente consumidores, detentores, distribuidores, municípios e empresas de recolha, armazenamento e tratamento.

Por forma a atingir este objectivo, estabelece um conjunto de regras de gestão que visam a criação de circuitos de

recolha selectiva de REEE, o seu correcto armazenamento e pré-tratamento, nomeadamente no que diz respeito à

separação das substâncias perigosas neles contidas, e posterior envio para reutilização ou reciclagem.

### BRUXELAS

### Genética

## PE CHUMBA RELATÓRIO CONFUSO E INCOERENTE

**Um relatório sobre genética humana foi chumbado na semana passada pelo Parlamento Europeu (PE), por serem contraditórias entre si algumas das 238 alterações propostas. O eurodeputado socialista Carlos Lage, satisfeito com a reprovação do relatório, pôs em evidência várias incoerências do documento.**

**O** relatório foi rejeitado por 316 eurodeputados, tendo-se registado 37 votos a favor e 47 abstenções.

O documento foi debatido e chumbado na mesma semana em que foi anunciada a realização bem sucedida da clonagem de um embrião humano com fins terapêuticos. O socialista Carlos Lage exprimiu a sua satisfação pelo chumbo de um relatório que considerou «confuso e incoerente» nas suas considerações sobre uma matéria que suscita preocupações muito divergentes de natureza ética, filosófica, religiosa e científica. Contudo, o eurodeputado socialista lamentou que o PE tenha aprovado propostas de alteração ao relatório que são contraditórias entre si e, por isso, tornavam



impossível chegar-se a uma posição mínima de consenso sobre uma matéria tão sensível como a da clonagem humana.

Carlos Lage sublinhou também a necessidade de não limitar o desenvolvimento das investigações científicas nessa matéria.

Carlos Lage defendeu ainda que o PE não volte a discutir uma posição global sobre uma matéria tão sensível e complexa como a da genética humana, por serem inconciliáveis, por exemplo, as posições dos grupos parlamentares da direita e da esquerda radicais.

## ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS É EXCEÇÃO E NÃO REGRA

**A**o contrário das expectativas criadas, a eliminação de barreiras aos deficientes nomeadamente arquitectónicas, é a excepção permanente e não a regra.

Foi esta a ideia deixada pelo Presidente da República, na abertura do seminário «Os Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência», que decorreu, no dia 3, em Castelo Branco, integrado nas comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

«Subsistem de igual modo, em geral, as dificuldades no acesso ao ensino, ao trabalho, aos transportes, à comunicação e a quase tudo o que respeita à vida social e económica», frisou Sampaio.

O Presidente frisou que já foram tomadas algumas medidas, quer de iniciativa nacional quer da União Europeia, mas que «a solução do problema implica mudanças socioculturais profundas, a alteração de procedimentos dos agentes sociais e económicos e, especialmente, a cooperação activa entre organismos públicos e instituições de e para deficientes».

Afirmando que não estava a «deixar recados a ninguém», Sampaio considerou igualmente fundamental o princípio da co-responsabilidade, com base no qual as próprias divergências sejam transformadas em contributos para a solução dos problemas a resolver.

Jorge Sampaio lembrou o enorme avanço técnico-científico e de qualificação profissional dentro das instituições e estabelecimentos de ensino, no campo da formação, da integração, da reabilitação e da integração social e económica.



Porém, constatou, a par destas perspectivas tão animadoras, subsistem paradoxos e problemas vários que justificam atenta ponderação.

«Assim, apesar dos anos que já dura esta caminhada positiva, ainda não existem dados actualizados acerca do número e

características das pessoas deficientes. Esperamos que o recente Recenseamento supra, em parte, esta carência. Sem isso não podemos dispor de um confronto válido entre as necessidades e as respostas», defendeu.

«Na mesma ordem de dificuldades, um outro paradoxo respeita à falta de garantias quanto ao futuro das crianças e jovens portadores de deficiência. Sabemos que em geral, mediante apoio estatal, várias instituições vêm abrindo residências e criando outras condições de estabilidade no futuro. Falta, porém, um quadro básico de referência para a solução deste sério problema, que tanto afecta, e até angustia, as famílias dos deficientes», afirmou o Presidente.

Tendo em conta que este é o Ano Internacional do Voluntariado, Jorge Sampaio considerou que uma das decisões estratégicas mais profundas na área do apoio ao cidadão deficiente seria a criação e desenvolvimento de grupos de acção social em todas as freguesias do País.

«Através deles se procederá ao conhecimento das situações de deficiência,

a par de outros problemas sociais, e se promoverá a procura de soluções adequadas mediante articulação estreita com os serviços profissionalizados públicos e privados», explicou.

### Apelo à conjugação de esforços

O Presidente da República apelou aos voluntários para conjugarem esforços entre si e evitarem a concorrência entre as instituições em função de grupos etários ou acções que desempenham na sociedade.

«Cooperem cada vez mais uns com os outros pela simples razão de que todos são necessários», afirmou Sampaio perante os participantes no Congresso do Ano Internacional do Voluntariado, que decorreu em Lisboa.

Jorge Sampaio defendeu também, como advogado de profissão, que os voluntários não devem querer legislação para tudo, porque «é bom que a realidade ande mais depressa que a lei» e porque a «lei não faz a realidade».

O chefe de Estado sustentou também que Portugal tem vários «bons exemplos» de voluntariado, embora seja uma actividade que possa ser mais desenvolvida, nomeadamente através dos estabelecimentos de ensino.

No entanto, frisou ainda Sampaio, «não se pode pedir todo o esforço aos professores», sendo por isso necessário que associações, empresas, instituições e pais «vão à escola» para sensibilizar e ajudar os jovens a assumirem essa participação na sociedade.

## JS PROPÕE DESPISTE OBRIGATÓRIO DE DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

**O**s deputados da JS apresentaram no dia 29 um projecto de lei que prevê a obrigatoriedade do despiste de doenças infecto-contagiosas, como o HIV, sida, tuberculose e hepatites.

Segundo o diploma dos jovens socialistas, os cidadãos portugueses terão de realizar exames médicos para despiste daquelas doenças nos seis meses anteriores à emissão ou renovação do bilhete de identidade ou no início do cumprimento de pena de prisão em estabelecimento prisional. Os cidadãos estrangeiros ficam igualmente sujeitos à realização destes testes quando da emissão de vistos de residência, permanência e trabalho e da legalização da

sua situação laboral.

Os exames médicos são gratuitos e confidenciais, defendendo o PS que «a obtenção destes dados está sujeita à confidencialidade e não pode nunca ser utilizada de forma discriminatória no acesso ao emprego, ao ensino superior e à admissão e permanência em território nacional».

«Entendemos que na iniciativa vertente se encontra salvaguardado o direito constitucional à vida privada e à não discriminação, apenas se pretendendo combater de forma lúcida e objectiva um flagelo que está a assolar Portugal e cujo combate passa necessariamente pela prevenção, despiste e registo estatístico

anónimo das doenças infecto-contagiosas para que se possa de forma esclarecida iniciar uma verdadeira campanha nacional», defendem os subscritores do projecto de lei.

### GP/PS quer grupo de trabalho

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) entregou na mesa da Assembleia da República um projecto no sentido de que «seja criado um grupo de trabalho interministerial para discussão da problemática do HIV».

Esse grupo de trabalho, que deverá integrar vários ministérios, terá como objectivo a

realização, todos os anos, de um relatório sobre a evolução da doença em Portugal, documento esse que será entregue no Parlamento.

Os deputados socialistas sublinham que o quadro da doença em Portugal «é assustador», dado que «os casos registados de indivíduos infectados continuam a aumentar, sendo mais elevado entre os consumidores de drogas por via intravenosa e atingindo actualmente e, sobretudo, heterossexuais e mulheres».

Entre as medidas que são necessárias implementar, o documento salienta a necessidade de desenvolver «programas eficazes», com «mensagens e linguagem adequada» aos grupos a que se destinam.

## PORTUGAL PRIMEIRA PLATAFORMA ATLÂNTICA DA EUROPA

O primeiro-ministro reafirmou o empenho do Governo no desenvolvimento de uma política de afirmação de Portugal como «primeira plataforma atlântica na Europa». Por isso, até 2006, serão investidos 130 milhões de contos no sistema dos grandes portos comerciais e mais 50 milhões de contos nos sistemas logísticos de articulação entre portos e outros meios de transporte. «É necessário tirar partido das condições de competitividade que a nossa inserção no espaço geoestratégico europeu e da sua articulação com o espaço global nos podem dar», disse António Guterres, que inaugurou, domingo, a Via de Cintura Portuária em Leixões, Matosinhos.

O governante disse que os investimentos e reformas nos portos portugueses traduzem uma «verdadeira revolução», permitindo uma maior competitividade e a sua melhor inserção no sistema de transportes.

Segundo o chefe do Governo, a realidade é actualmente completamente diferente de 1995 quando, na generalidade dos casos, «os portos eram caros, ineficientes, burocratizados e mal inseridos na rede global de transportes».

Apesar do «esforço», Guterres defendeu que, neste domínio, Portugal está a «meio caminho». Mas, o primeiro-ministro mostrou-se convicto em que «estaremos em condições de transformar os portos portugueses num instrumento fundamental de competitividade global da economia portuguesa», considerando «vital» a articulação dos portos com a rede rodoviária nacional, peninsular e europeia.



Guterres desafiou o sector privado a empenhar-se «profundamente» neste conjunto de áreas de intervenção – tradicionalmente reservadas ao Estado – por considerar que o seu empenho é um «factor multiplicador de investimento e de aprofundamento da eficiência e de competitividade indispensáveis».

«O sector privado tem um papel decisivo nas operações portuárias, nas concessões rodoviárias e nas operações de privatização que vão prosseguir também no modo ferroviário», acrescentou.

Na deslocação ao Porto de Leixões, o primeiro-ministro inaugurou a Via de Cintura Portuária, que permitiu isolar a movimentação de mercadorias do trânsito de camiões, aumentar a segurança e a produtividade das operações.

Orçada em 1,7 milhões de contos, a nova via permitiu também, de acordo com a Administração Portuária do Porto do Douro e Leixões (APDL), «concentrar as portarias dispersas pela cidade destinadas ao trânsito pesado, numa só, junto ao IC1, por forma a retirar este trânsito do centro da cidade».

No fim de uma visita às instalações do porto e da Alfândega de Leixões, acompanhado pelo ministro do Equipamento e dos secretários de Estado da Administração Portuária e das Obras Públicas, António Guterres inaugurou o Auditório Infante D. Henrique, que custou 250 mil contos.

Este equipamento destina-se a apoiar o Centro de Formação Engenheiro Nogueira Soares e outras realizações da APDL.

## LISBOA BEM COLOCADA PARA GANHAR SEDE

Portugal está numa posição privilegiada para acolher a sede da futura Agência Europeia de Segurança Marítima, mas terá de trabalhar muito para levar a melhor sobre as candidaturas de outros países.

Esta ideia foi defendida, sábado, em Setúbal, pela eurodeputada socialista Elisa Damião após um colóquio sobre «Segurança e Transporte Marítimo na União Europeia», promovido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu (PSE), que reuniu cerca de uma centena de participantes numa unidade hoteleira em Setúbal.

Durante o encontro, a possibilidade de localização da Agência Europeia de Segurança Marítima foi também admitida pelo director da Política Marítima da União



Europeia, Fotis Karamitsos, que reconheceu a existência de um ambiente favorável à candidatura portuguesa.

A Agência Europeia de Segurança Marítima vai proporcionar uma concentração de quadros e de meios técnicos, de modo a assegurar a monitorização e fiscalização das condições de segurança nas zonas portuárias.

A implementação do novo organismo comunitário terá um papel decisivo no cumprimento das orientações preconizadas pelo Livro Branco da Comissão Europeia, de Setembro de 2001, que define as grandes orientações da política de transportes até ao ano 2010.

O reforço do transporte ferroviário e, principalmente, do transporte marítimo, como

forma de reduzir os impactes negativos do transporte rodoviário de mercadorias, constitui uma das prioridades da União Europeia.

A eurodeputada Elisa Damião salientou a importância de uma concertação de posições dos principais operadores e empresas ligadas à actividade portuária, como forma de afirmar a capacidade portuguesa para acolher um organismo de grande importância como devera ser a Agência Europeia de Segurança Marítima.

Segundo Elisa Damião, o encontro em Setúbal foi também uma oportunidade para sensibilizar os agentes ligados à actividade portuária para aderirem aos organismos europeus do sector, designadamente, a AMRIE (Alliance of Maritime Regional Interests in Europe).

## DESPOLUIÇÃO DO TRANCÃO E TEJO VAI SER REALIDADE

**A revolução tranquila, firme e determinada, levada a cabo por José Sócrates na área do ambiente continua: as realizações sucedem-se, nomeadamente ao nível do saneamento.**

**Agora chegou a vez dos rios Tejo e Trancão, que estão mais perto da despoluição, depois de terem sido assinados na segunda-feira os contratos de concessão do maior sistema de saneamento do País que envolve os seis municípios do distrito de Lisboa e vai beneficiar cerca de 1,5 milhões de habitantes.**



**O**s contratos de concessão do maior sistema multimunicipal de saneamento do País – o Simtejo –, que abrange seis municípios do distrito de Lisboa, foram assinados no Ministério do Ambiente pelos autarcas e José Sócrates.

O Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e do Trancão resulta da parceria entre a empresa estatal Águas de Portugal (AdP) e as câmaras de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e vai recolher e tratar os esgotos de mais de 1,5 milhões de habitantes.

Culmina desta forma um processo que o ministro do Ambiente, José Sócrates,

reconheceu ser difícil, «em termos de preparação técnica e de negociação entre Governo e municípios», e que dá continuidade à estratégia empresarial e de integração, seguida pelo Governo na área do saneamento básico.

«Queremos continuar a cooperar com as câmaras para encontrar soluções técnicas numa perspectiva regional e não municipal», afirmou o ministro, considerando que só assim «é possível poupar no investimento e na exploração dos sistemas».

O titular da pasta do Ambiente admite que a política seguida pelo Governo esbarra por

vezes com os autarcas.

«É difícil ser do agrado de cada presidente de câmara, pois cada um tem uma visão própria dos problemas do saneamento básico», disse.

Para melhorar a política ambiental, o ministério quer alterar o diploma que define que as infra-estruturas revertam para o Estado no final da concessão, para que as câmaras possam optar por ser elas próprias detentoras e gestoras dos equipamentos.

Outra das medidas propostas por Sócrates visa dar maior participação às autarquias no capital social das empresas multimunicipais. No caso do Simtejo, por exemplo, os seis municípios, que detêm actualmente uma quota de 49 por cento do capital, cabendo a parte restante à AdP, podem a partir de 2006 adquirir a quota da empresa estatal, tornando-se o sistema exclusivamente municipal.

O ano de 2006 é a data limite para desenvolver os sistemas que darão cumprimento ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) do Ministério do Ambiente, no âmbito do qual se prevê alargar o serviço de abastecimento de água a 95 por cento da população portuguesa e aumentar para 90 por cento a cobertura do saneamento de águas residuais.

Até essa altura já terão sido investidos 52 milhões do total de 99 milhões de contos

previstos para o prazo de concessão de 30 anos do Simtejo e José Sócrates admite que, além da despoluição dos rios Tejo e Trancão, os níveis de atendimento da população em termos de saneamento básico nos municípios abrangidos subam para 90 por cento.

A solução envolve 32 ETAR (14 das quais por construir), 82 estações elevatórias (das quais faltam 40) e 220 quilómetros de interceptores e condutas (125 dos quais por construir) para tratar 579.600 metros cúbicos de esgotos por dia até 2031.

Já no próximo ano o sistema vai recolher e tratar 264 mil metros cúbicos de esgoto doméstico e industrial gerado nas bacias hidrográficas do rio Trancão e nas pequenas bacias da margem direita do Estuário do Tejo, entre Vila Franca de Xira e Algés, e das ribeiras do Oeste (Concelho de Mafra), servindo mais de 1,7 milhões de habitantes. O custo vai ser suportado em 30 por cento por fundos comunitários e pelo Simtejo.

Os municípios vão assim participar também na melhoria ambiental das zonas onde residem já que as câmaras cobram, ou vão passar a cobrar, uma taxa variável para o saneamento básico, para obter as receitas necessárias à construção e exploração das infra-estruturas.

«Todos temos de pagar pela poluição e é preferível fazê-lo como consumidor do que como contribuinte. Ter os rios limpos tem custos», justificou José Sócrates.

## UE DEVE INTERVIR NO AFGANISTÃO CONTRA HEROÍNA

**P**ortugal e Espanha vão apelar, no âmbito da União Europeia (UE), a uma intervenção comunitária no Afeganistão no que se refere à troca de informação sobre a produção e a comercialização de heroína, logo que termine o conflito militar.

Esta posição foi avançada, no dia 4, em Lisboa, no final da VI Reunião da Comissão Mista Luso-Espanhola sobre Cooperação em Matéria de Luta contra a Droga, em que estiveram presentes o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, e o delegado do Governo espanhol para o Plano Nacional sobre Drogas, Gonzalo Robles, entre outras individualidades.

Os dois países querem definir conjuntamente uma fórmula adequada para, no quadro da presidência espanhola da UE, que se inicia em Janeiro, proceder a uma análise da situação da produção e comercialização de droga, designadamente heroína, no Afeganistão, e eleger linhas de orientação e intervenção.

Vitalino Canas justificou esta posição com o facto de Portugal e Espanha serem os dois países da UE mais afectados pelos consumos problemáticos de heroína e sublinhou que o Afeganistão é um dos maiores produtores mundiais da papoila do ópio (a partir da qual se produz também a heroína).

Os responsáveis pela política da droga dos dois países ibéricos manifestaram-se «preocupados» com a situação no Afeganistão, uma vez que existem informações de que teriam sido reatados, por necessidade financeira, alguns cultivos de papoila, e que haveriam grandes stocks de heroína naquele país, e mais especificamente no vizinho Paquistão.

«Isto poderá ser uma ameaça para todos os países da UE, e em particular para Portugal e Espanha (devido ao historial de consumo de heroína) e devemos desde já estar preparados para intervir, logo que o conflito militar esteja terminado e haja segurança para operar no terreno», disse Vitalino Canas.

O governante português, que admitiu já ter falado deste projecto com responsáveis de outros países, com a Comissão Europeia e com o presidente da Agência Europeia da Droga, lembrou que neste momento não existe a nível da UE nenhum programa para o Afeganistão na área da droga, apenas um das Nações Unidas (ONU) que estava em vigor antes do conflito e que actualmente está ultrapassado.

Assim ficou acordada a troca de informação em matéria legislativa, nomeadamente sobre as sanções penais aplicadas ao tráfico de droga, o intercâmbio de peritos para análise dos programas de Prevenção Primária desenvolvidos nas escolas, bem como dar seguimento ao processo de actualização do Acordo Bilateral, por forma a que a respectiva publicação e entrada em vigor possa acontecer o mais rapidamente possível nos dois países.

Decidiram igualmente elaborar um estudo conjunto de investigação sobre o consumo transfronteiriço, com o objectivo de permitir

a comparabilidade dos dados recolhidos pelos dois países, e estudar a possibilidade de estender às águas territoriais o previsto pelo 41º artigo do Acordo de Schengen, através da reformulação do tratado entre Portugal e Espanha para a repressão do Tráfico Ilícito de Droga no Mar.

O objectivo é permitir que as autoridades portuguesas possam actuar no combate ao tráfico de drogas nas águas territoriais espanholas e vice-versa, como já acontece relativamente ao território continental.

Assim, vão promover, no âmbito da presidência espanhola da UE, a implementação de iniciativas e projectos sobre cooperação marítima para a repressão do tráfico de drogas e precursores (produtos usados no fabrico de drogas sintéticas).

Reafirmaram também a intenção de desenvolver e reforçar uma colaboração estreita com os países da América Latina e Caraíbas, nomeadamente coordenando esforços no quadro do Mecanismo de Coordenação e Cooperação sobre Drogas.



#### Amadora

##### Seis milhões na requalificação da Brandoa

A Câmara da Amadora vai gastar seis milhões de contos até 2006 na requalificação urbana dos cerca de 220 hectares da freguesia da Brandoa.



«O objectivo deste programa é a requalificação de toda a freguesia da Brandoa que está descaracterizada em termos de urbanísticos e sociais», disse Joaquim Raposo, presidente da Câmara Municipal da Amadora, que conseguiu financiamento no valor de seis milhões de contos para o programa de requalificação urbana, PROQUAL.

As intervenções passam por dotar a freguesia de equipamentos sociais e culturais, gerar actividade económica com a construção de um centro de escritórios e serviços e também a recuperação da Feira da Brandoa.

«Não faz sentido que a feira não funcione todos os dias, sendo que é preciso criar actividade permanente», disse Joaquim Raposo, acrescentando que será ainda construído um novo mercado que funcionará com horários alargados e ficará dotado de lojas com produtos diferentes dos comercializados no mercado.

«Temos que adaptar os mercados ao horário das pessoas, também não faz sentido que os mercados funcionem quando as pessoas estão no seu horário laboral», explicou o autarca.

Segundo o programa de intervenção, as acções mais significativas em termos de investimento são a construção do Parque Urbano da Paiã (604 mil contos) e a requalificação do Jardim Vaz de Camões e zonas envolventes (730 mil contos).

«Toda a gente fala no jardim há vários anos, mas nunca se avançou e agora, com este projecto, o espaço terá continuidade pelo parque da Paiã, até ao centro de actividades económicas, com parque subterrâneo de estacionamento, elementos de escultura e uma ribeira artificial», disse o autarca socialista.

Além destas intervenções, a verba provida do PROQUAL irá servir também para reabilitar o pólo escolar e jardins de infância, bem como a construção de uma biblioteca, um edifício para servir de sede de várias associações da freguesia e um centro de

dia e lazer para idosos.

Outra das componentes do programa de intervenção é a construção e reabilitação das principais vias da freguesia, bem como a requalificação do Palácio da Brandoa, cuja aquisição pela autarquia «está em fase final de negociações».

«Já não está ninguém lá a morar e após a aquisição será transformado num centro da juventude e espaço de apoio à comunidade», disse Joaquim Raposo, acrescentando que todas as intervenções têm que estar concluídas em 2006, estando já em curso o lançamento de vários concursos públicos para dar início às obras.

Segundo o autarca, após estas intervenções, a prioridade é o estudo geológico da estrutura dos edifícios (são mais de mil na Brandoa) e a demolição de todas as construções que não possam ser legalizadas. A requalificação da freguesia da Brandoa é uma das apostas, na área da qualificação urbana, do socialista Joaquim Raposo, a outra é a reconversão da Cova da Moura, zona também bastante degradada do concelho da Amadora, mas que a autarquia candidatou ao Polis.

#### Loulé

##### Câmara atribui subsídios às escolas

Para apoiar alimentar aos alunos carenciados, o município de Loulé vai atribuir um subsídio de cerca de 40 mil contos aos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, destinado à alimentação dos alunos carenciados que frequentam estes estabelecimentos de ensino.



Com este apoio, segundo o presidente da autarquia, pretende-se ultrapassar dificuldades que ainda hoje são vividas no concelho e às quais a Câmara não pode ficar indiferente.

#### Porto

##### Mais um parque de estacionamento

Com capacidade para 405 veículos e situado na Praça D. João I, junto ao Rivoli – Teatro Municipal, este é o segundo dos quatro parques que a autarquia inaugura este ano no centro da cidade, aumentando assim em

1500 lugares o estacionamento na Invicta. O próximo parque a inaugurar será o do Jardim da Cordoaria, previsto para Dezembro, seguindo-se o da Praça dos Leões, que deverá estar pronto até ao fim do ano.



#### Sintra

##### Novos equipamentos para idosos

O Centro de Convívio do Centro de Reformados de Albugos e a sede do Centro de Bem-Estar Social de Queluz já estão em funcionamento.



O Centro de Bem-estar Social de Queluz tem uma capacidade para 50 idosos, na sua valência de Centro de Dia e para 60 camas na valência Lar, estando ainda habilitado a prestar apoio domiciliário a um universo de 20 idosos.

Estas obras inserem-se no âmbito do projecto municipal que visa dotar o concelho de uma rede de equipamentos sociais com capacidade de resposta às necessidades e solicitações da sua população menos jovem.

#### Ovar

##### Inaugurado conjunto habitacional do Rodelo Boavista

Dando resposta às necessidades de habitação em Ovar, foi inaugurado no dia 2 o complexo habitacional do Rodelo Boavista, em Cortegaça, numa cerimónia que contou com a presença do presidente da Câmara

Municipal de Ovar, responsáveis do Instituto Nacional de Habitação (INH) e autarcas locais.



Este conjunto habitacional, composto por 64 fogos, garagens e espaços comerciais, foi promovido pela autarquia de Ovar em regime de contrato de desenvolvimento à habitação, com financiamento do INH.

Satisfeito, o presidente da Câmara de Ovar, Armando França, declarou que «esta é mais uma importante obra que vai ao encontro das necessidades de habitação de dezenas de famílias, para quem o Natal de 2001 terá outro encanto».

#### Penha de França

##### Boletim da Junta

A edição de Dezembro do boletim de informação da Junta de Freguesia da Penha de França é composta, na sua quase totalidade, com um balanço das principais realizações do Executivo da Junta (que integra os camaradas João Jofre da Fonseca Costa, Manuel Oliveira Duarte e Celeste Alves) nos últimos quatro anos.



«Ao longo destes quatro anos de mandato, o Executivo da Junta, no cumprimento do programa com que se apresentou à população da Freguesia, implementou um vasto conjunto de projectos, nas mais diversas áreas – cultura, desporto, ambiente, acção social, habitação e reabilitação urbana, entre outras -, alguns dos quais em parceria com as forças vivas da Freguesia e com a Câmara Municipal de Lisboa, que muito contribuíram para a melhoria da qualidade de vida na Penha de França», afirma no editorial João Jofre da Fonseca Costa, presidente da Junta.

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

#### Candidatos do PS no Capelo

No âmbito da pré-campanha para as eleições autárquicas de 16 de Dezembro, os candidatos do PS à Câmara Municipal da Horta visitaram no dia 1 a freguesia do Capelo, que consideraram uma «autarquia-modelo» dos Açores.

O cabeça-de-lista socialista e actual presidente da edilidade, Rui de Jesus Goulart, acompanhou «in loco» as várias obras que se estão a realizar na freguesia, sobretudo ligadas com o sector turístico.

Os socialistas visitaram o Centro Hípico do Capelo, recentemente inaugurado, as zonas de lazer que estão a ser beneficiadas pela autarquia e vários caminhos.

Na ocasião, o vereador da Câmara e n.º 2 na lista de candidatos do PS à edilidade enalteceu o dinamismo que a Junta de Freguesia do Capelo, presidida pelo socialista Orlando Rosa, demonstrou ao longo dos últimos 12 anos.

Segundo João Fernando Castro, a autarquia capelense efectuou muitos investimentos que potenciaram o desenvolvimento de várias actividades económicas.

Orlando Rosa, que sai agora da Junta de Freguesia para integrar a lista de candidatos à Câmara, será substituído, caso o PS mantenha a invencibilidade no Capelo, por João Garcia. Orgulhosos da obra feita, os socialistas, que mantiveram também contactos com a população daquela freguesia, uma das menos populosas da ilha do Faial (em virtude da emigração em massa para os Estados Unidos e Canadá depois do Vulcão dos Capelinhos de 1957/58), estão convictos de que voltarão a vencer no Capelo.

Rui de Jesus Goulart escusou-se a comentar algumas acusações do PSD e da CDU por considerar que existe uma «total falta de sintonia entre o discurso dos candidatos da oposição e o dos respectivos vereadores».

«Eles nem conversaram com os seus vereadores e vêm agora apresentar projectos, alguns dos quais já se estão a realizar, e outros são completamente irrealistas», frisou o candidato socialista, para quem a oposição revela, com esta postura, «um total desconhecimento do que é a gestão municipal».

### MONTIJO

#### Amélia Antunes confia no reforço da maioria

Projectos não faltam para o novo mandato de Maria Amélia Antunes à frente dos destinos do Montijo. Orgulhosa da obra feita confia num bom resultado em 16 de Dezembro e no reforço da maioria absoluta.

«Os eleitores que confiaram no PS não têm razões para não deixarem de confiar. Há todas as condições para continuarem a votar no PS e razões acrescidas para mais pessoas confiarem em nós», disse a autarca.

Maria Amélia Antunes, que recandidata a um segundo mandato na liderança da autarquia do Montijo, falava numa conferência de imprensa de apresentação do programa eleitoral do PS.

«Vamos ganhar de forma inequívoca, pois só assim podemos continuar a desenvolver um projecto com estabilidade. Numa câmara municipal não faz sentido haver oposição. A assembleia municipal, enquanto órgão fiscalizador, é que deve ser a sede da oposição», acrescentou.

#### Programa de habitação para jovens

No programa eleitoral, um folheto de 19 páginas, a candidatura do PS propõe como projectos, alguns deles herdados deste mandato, a requalificação da frente ribeirinha, a construção do parque desportivo, da Circular Externa e da estação de tratamento de esgotos do Afonsoeiro. A criação de um Observatório do Comércio, de um novo parque de exposições e de um programa de habitação para jovens, bem como a revisão do Plano Director Municipal, são as principais novidades.

Recorde-se que nas eleições de Dezembro de 1997, o PS obteve 45,30 por cento dos votos, contra os 31,21 por cento da CDU (PCP/PEV) e os 15,66 por cento do PSD.

### Algarve

#### IDDAC 2002: investimento «histórico»

O PS/Algarve classificou como «histórico» o investimento que o Governo pretende fazer na região, destacando que se trata do maior de sempre, realizado através de verbas canalizadas para o Algarve incluídas no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) bem como outros programas e documentos.

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo algarvio consideraram, na passada quinta-feira, que os documentos recentemente aprovados constituem «a melhor resposta às dificuldades da conjuntura económica internacional», acrescentando que o volume global do investimento público na região «ascende em 2002 a 118,1 milhões de contos (58.908.031 euros), um aumento de 83 por cento face a 2001».

Segundo o coordenador dos deputados do PS/Algarve, Carlos Alberto, a contribuição do orçamento para o PIDDAC/2002 tem um crescimento de 38,9 por cento, ascendendo a 67 milhões de contos (333.701.872 euros).

### SETÚBAL

#### PS contra regresso ao passado

Mata Cáceres e Jorge Coelho alertaram na passada quinta-feira para os perigos de um regresso ao passado. Mobilização de todos os militantes e simpatizantes é a palavra de ordem, para que Setúbal continue a ser uma cidade de progresso e tolerância.

O cabeça-de-lista do PS à presidência da Câmara de Setúbal (Mata Cáceres) lembrou o estado de «degradação da cidade» e os «excessos cometidos durante os oito anos de governação comunista» do concelho após a revolução de Abril, advertindo para os perigos de «um regresso ao passado», durante um jantar de candidatos socialistas - que reuniu largas centenas de apoiantes.

Um regresso ao passado que, segundo Mata Cáceres, está bem patente na realidade actual da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), liderada pela CDU, que detém dez das 13 autarquias do distrito de Setúbal.

#### Vale dos caídos comunistas

«A AMDS é bem o exemplo do sectarismo do PCP, porque ali não há ninguém do PS, PSD ou do CDS/PP, não há ninguém que não seja do Partido Comunista», disse o autarca socialista, que apelidou aquele organismo de «uma espécie de vale dos caídos, onde se acolhem todos os comunistas que perdem eleições».

«A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal é uma boa amostra do que se passa nos locais onde os comunistas dominam», acrescentou Mata Cáceres.

Por sua vez, o dirigente socialista e cabeça-de-lista do PS à Assembleia Municipal de Setúbal, Jorge Coelho, apelou ao «voto útil no PS», face à bipolarização dos eleitores setubalenses em torno das candidaturas de Mata Cáceres (PS) e Carlos de Sousa (CDU).

Depois de reconhecer que existe claramente uma bipolarização do eleitorado setubalense, Jorge Coelho apelou ao voto útil em Mata Cáceres, por ser «o único candidato em condições de liderar um projecto de desenvolvimento e tolerância no concelho de Setúbal».

«O PS, por tudo o que fez nestes últimos quatro anos, e pelos projectos de desenvolvimento que já garantiu para o futuro, merece ganhar estas eleições», disse o dirigente do PS ao assegurar que os socialistas têm orgulho no trabalho realizado em Setúbal e nos projectos que já conquistaram para os próximos anos.

#### CDU, mito e mentira

Referindo-se ao principal adversário do PS nas eleições de 16 de Dezembro em Setúbal, Jorge Coelho considerou que o candidato da CDU à presidência da Câmara de Setúbal, Carlos Sousa, não passa de «um mito e uma mentira».

«Se ele não resolveu nenhum problema fundamental em Palmela - saneamento básico, abastecimento de água, conservação do centro histórico -, porque razão se diz que vem resolver os problemas de Setúbal?», perguntou Jorge Coelho.

O coordenador da Comissão Permanente do PS mostrou-se convicto de que os setubalenses vão mais uma vez reconhecer o trabalho realizado por Mata Cáceres, e afastar o cenário de um regresso ao passado.

## Seguro em acções de pré-campanha

O secretário nacional do PS António José Seguro deslocou-se no passado fim-de-semana a Gouveia - onde é candidato à presidência da Assembleia Municipal -, Albufeira, Pinhel e Vila do Bispo, no âmbito de uma série de acções da pré-campanha para as eleições autárquicas.

Em Sagres, onde participou num almoço-convívio com apoiantes do candidato socialista à Câmara Municipal de Vila do Bispo, Joaquim Vairinhos, António José Seguro desvalorizou as recentes declarações de Durão Barroso a defender a realização de eleições legislativas antecipadas em 2002, justificando-as com disputas internas no PSD.

«O PSD vai ter, no início do próximo ano, um congresso nacional e nesse sentido começa já a haver movimentações de candidatos à liderança do partido», disse o dirigente nacional do PS.

Apontando a existência de divisões internas no seio do PSD, António José Seguro sublinhou que a dissolução do Parlamento e a realização de eleições antecipadas levariam a uma instabilidade política que neste momento não é o que o País mais precisa.

«O País precisa de estabilidade para se desenvolver e resolver problemas como os que surgiram com o abrandamento do crescimento económico», argumentou.





### CORAGEM PARA REFORMAR

**1.** Um doente aguardou dois meses por uma consulta médica. Foi transportado ao hospital a cerca de 60 quilómetros de distância mas não chegou a ser atendido devido à greve da passada terça-feira. Outros casos semelhantes foram narrados na comunicação social. Quem foi atingido por esta greve ou quem viu a notícia seguramente se interrogou sobre a forma mais adequada de utilizar um meio de pressão num processo negocial que agora está a começar. Independentemente de quem tem razão – Governo ou Sindicatos – o que me parece evidente é que as pessoas não concordam com protestos em que, afinal, são elas as prejudicadas.

Um dos resultados é o afastamento das pessoas e uma visão negativa sobre vários agentes sociais e políticos.

**2.** Numa altura em que muito se fala de contenção e de crise económica, os portugueses devem interrogar-se sobre os gastos das campanhas eleitorais. Um cidadão que percorra o País facilmente verificará a quantidade excessiva de material de propaganda que está colocado nos mais diversos locais.

Já não refiro as dúvidas que coloco à eficácia de muito dessa propaganda. Felizmente, os portugueses conseguem distinguir a qualidade das propostas e têm um sentido crítico mais apurado do que muitos pensam. O que me parece absurdo é a quantidade de materiais a que se recorre, aos gastos excessivos das várias candidaturas e à forma obsoleta como os partidos fazem campanha.



Eu próprio e o partido a que pertença, não me excludo destas críticas.

Os portugueses, a quem é pedida contenção, seguramente, não se identificam com esta forma de fazer campanha eleitoral e o resultado é afastarem-se também e cada vez mais da actividade política.

**3.** A fazer fé nas propostas de alguns dos candidatos à Câmara de Lisboa, a cidade é, hoje, um local horrível, inóspito, só comparável com uma localidade medieval. Mas, se um deles ganhar, Lisboa será o paraíso, a oitava maravilha do mundo.

A demagogia tem limites. Até fazem propostas que não pertencem ao âmbito do poder local. Quem reflectir sobre algumas dessas propostas, conclui que são demagógicas e que alguns políticos se transformam em «vendedores de sonhos». Mais uma vez, os cidadãos afastam-se da

política e remetem os políticos para um grupo de pessoas sem credibilidade.

**4.** O Governo apresentou alterações ao sistema de segurança social, depois de um acordo com quase todos os parceiros sociais. A reforma foi apresentada como positiva para os portugueses e como um garante para o futuro da Segurança Social. Nenhum parceiro social – com excepção da CIP – colocou em causa os argumentos do Governo. A reforma não mereceu qualquer polémica até à passada terça-feira em que apareceu o líder do PSD a dizer o contrário de tudo o que tinha sido afirmado. A visão alarmista do Dr. Durão Barroso terá provocado insegurança em muitas pessoas que, dentro de alguns anos, terão como única fonte de receitas a sua reforma.

Ser legítimo criar uma vaga de instabilidade e insegurança em milhares de pessoas só por

razões partidárias? Que julgamento farão as pessoas, muitas delas desconhecadoras do mecanismo da segurança social, que ouviram o Governo dizer que se trata de uma medida muito positiva e, dias, depois, aparece o líder do maior partido da oposição a afirmar, que é uma reforma muito negativa? Em quem confiam, no Governo e em todos os que assinaram o acordo ou em Durão Barroso? Que credibilidade têm os agentes políticos quando, sobre uma matéria determinante para o futuro de milhões de pessoas, aparecem com versões opostas?

Reconheço que não é uma tarefa fácil nem alcançável a curto prazo mas, os políticos terão de alterar muitos dos seus comportamentos. A continuar assim, os portugueses deixam de acreditar nas organizações políticas e a abstenção será o «partido» vencedor em todas as eleições. Todos nós, precisamos de avaliar muitos dos fenómenos sociais que vão surgindo e tirar as lições devidas.

Felizmente, os portugueses têm um espírito crítico mais apurado e são mais exigentes. Quem desempenha cargos em organizações políticas e sociais deveria saber dar resposta a esta evolução e ser também mais exigente na sua actividade.

Passado o dia 16 de Dezembro, penso que é chegada a hora de iniciar um grande debate que leve à rápida concretização de profundas reformas no nosso sistema político.

Todos sentem, todos sentimos, que «isto» não vai bem e que há que trilhar novos caminhos. Tenhamos coragem, todos, independentemente das consequências que daí advierem, de ser capazes de fazer aquilo que o País exige – reformar o nosso sistema político.

### PACTO DEMOCRÁTICO E AUTÓNOMICO

**C**omo o próprio secretário-geral do PS, camarada António Guterres, já afirmou, é sabido que se vive na Madeira uma situação com características específicas que requer medidas excepcionais no âmbito democrático. A constituição da Coligação PS/CDS-PP, independentemente do percurso que levou à sua formação, constitui a primeira tentativa séria de construir uma alternativa ao actual poder em quase todas as Câmaras da Região.

A Coligação para as autárquicas tanto pode ter como objectivo apenas os órgãos de poder local, como pode constituir-se num projecto que vise horizontes mais vastos. A minha proposta é que a disputa das eleições autárquicas constitua apenas a primeira etapa de um percurso que tenha como objectivo último a conquista do poder regional em 2004, com um horizonte de vida que possa ir até o final desse legislatura, ou seja, até 2008. Para

os que apontam a incoerência ideológica, respondo que a primeira coerência que tem de haver num regime democrático é a defesa da Democracia. E que as diferenças ideológicas só se exercem no quadro de uma Democracia plena e consolidada. Ora, é de todos reconhecido que o desequilíbrio político que existe na Região Autónoma é tal ordem que é impossível a um só partido disputar o poder, de igual para igual com o PSD, e daí a necessidade da construção de um bloco alternativo ao actual sistema.

Por isso, defende, a afirmação de um autêntico Pacto Democrático e Autónimo que, tendo como base as forças políticas que formam a actual coligação entre socialistas democráticos e democratas-cristãos, se alargue a outros sectores da sociedade madeirense, a todos os níveis – sindicais, empresariais, culturais, associações cívicas – e que, com base num acordo entre essas forças, estabeleça as condições para uma política alternativa e

democrática. Esse bloco de poder deve entender-se em questões como a questão administrativa, lei eleitoral, revisão do Estatuto, Ministro da República, Revisão Constitucional, política de Comunicação Social, rádios locais, jornais, televisões nacionais e regional.

Em consequência, e tendo em conta a previsível inexistência a nível nacional de acordos entre o PSD e o PP, as direcções nacionais dos Partidos envolvidos devem reconhecer autonomia estratégica às direcções regionais desse mesmos partidos para estabelecerem um acordo nas Eleições Nacionais que leve à derrota do PSD no círculo da Madeira já em 2003. Isso teria como consequência a disputa ao PSD/M do Governo Regional em 2004, em condições de igual para igual e com possibilidade sérias de vitória por parte das forças que englobassem esse Pacto Democrático e Autónimo.

É interessante notar que os articulistas afectos ao poder laranja e que muito falam em

autonomia criticam a estratégia autónoma dos partidos regionais em relação aos respectivos directórios sediados em Lisboa, quando é certo que o PSD/M negocia com o Governo do PS questões para a Madeira, muitas vezes ao arripio da estratégia nacional do PSD. Por outro lado, a existência de uma alternativa consistente ao PSD/M seria não só bom para a Democracia mas também para a Autonomia, na medida que é a falta de condições para uma alternativa democrática na Madeira que leva também à desconfiança do poder central quando se trata da transferência de poderes, quer no âmbito legislativo quer no âmbito dos serviços das Finanças e da Justiça. Ou seja, o poder excessivo do PSD é prejudicial à Autonomia, ao contrário do que diz o Dr. Alberto João Jardim. E depois ao PSD/M só lhe faria bem uma cura de oposição: ficaria a saber quem são os verdadeiros social-democratas e quem são os oportunistas de ocasião.

MADEIRA

Gil França

## DA FAMA... DE LOUCOS É QUE NÃO SE LIVRAM!

**Parece também que ainda não se entenderam se querem um estado federado, um país dois sistemas, ou mesmo a autonomia total, isto é, a independência.**

**E**stava em Lisboa quando tive conhecimento que uma tal organização, FAMA, iria reunir (de emergência?) para, entre outras medidas, preparar a defesa da Região contra uma alegada campanha de atentados à Autonomia.

Depois dos inqualificáveis atentados em Nova Lorque e posteriores ameaças de novas acções terroristas, só nos faltava aqui, neste cantinho do céu, que a Autonomia fosse também um dos alvos a abater, embora, neste caso, sendo outros os agressores.

De qualquer modo, creio que podemos ficar descansados pois, segundo o presidente da dita organização, parece que o pessoal vai estar de prevenção, atento e preparado, para o que for preciso, particularmente, se a próxima revisão constitucional não lhes correr a jeito. Parece também que ainda não se entenderam

se querem a criação de um Estado federado, um país dois sistemas, ou mesmo a autonomia total, isto é, a independência.

Nesta última hipótese está igualmente por saber quem é que depois vai pagar as contas, designadamente das novas forças armadas a criar (Marechal já têm, o Gabriel Drumond) dos Serviços Secretos (o mais vocacionado é o Machado) da Segurança Pública (o actual superintendente não serve, tem muitas ligações suspeitas com Lisboa) da Justiça (pelo menos nesta fase inicial justificar-se-ia na tutela um dos «brigadeiros», assessores do Dr. Savino) das embaixadas e consulados (o Dr. Jardim, como anda mais fora que dentro, poderia acumulá-las todas, a título vitalício, e sempre sairia mais barato) a expandir pelo novo país (república, monarquia ou emirado?) em todo o Mundo.

Para já, a grande intentona em movimento visa a criação de uma ampla frente comum de todos os portugueses contra os políticos de Lisboa. Oh diabo!... Se calhar, pelo sim pelo não, o melhor é passar a andar distarçado!

Uma vez congregadas todas as forças e vontades, seguir-se-á, então, sim, a grande

revolução de massas, rumo a esse grande designio da devolução do Poder ao Povo, que o 25 de Abril não cumpriu, entregando-o, em claro «perjúrio dos seus ideais», à malvada classe política de Lisboa.

Já têm «slogan» e tudo: Sampaio e Guterres para a rua, abaixo o Tribunal Constitucional e o ministro da República. Viva a revolução da FAMA... de loucos é que não se livram!

Não sei porquê, ao chegar aqui, veio-me à memória uma entrevista, de há uns tempos atrás, do Dr. Saturnino, na qual o prestigiado psiquiatra evidenciava a sua preocupação pela existência de cerca de três mil madeirenses sofrendo de esquizofrenia.

Dado o impacto que sempre nos provoca a existência, em tão grande número, de nossos conterrâneos afectados por aquela patologia, procurei conhecer com mais detalhe os seus sintomas e efeitos.

Consultado um prontuário fiquei a saber que, afinal, existem três tipos de esquizofrenia:

- a) Heberfrenia, demência simples, que ocorre geralmente em jovens e que se caracteriza principalmente pela perda da iniciativa e a mania da intoxicação;
- b) Esquizofrenia catatónica, doença que se

caracteriza, sobretudo, por afecção de algumas faculdades, fixação de atitudes, pouca espontaneidade nos movimentos etc.; e

c) Esquizofrenia paranóide, doença que se caracteriza por ideias de perseguição, alucinações, ilusões e megalomanias, em que a pessoa vive como que em dois mundos, um verdadeiro e outro falso, predominando este último progressivamente.

Não disponho de dados sobre qual dos três casos predominará na Região. Mas, a avaliar pelo que se passou no jantar-reunião da dita organização pseudo-revolucionária, não será assim tão difícil de divisar.

De todo o modo, é lícito perguntar se qualquer semelhança dos factos com os sintomas acima descritos será apenas uma pura coincidência? Quem souber que responda.

PS. Na recente inauguração do pavilhão gimnodesportivo, em Santa Cruz, o presidente do Governo e o edil local não esqueceram a obrigatória referência, nestas circunstâncias, sobre as virtudes da prática desportiva na formação cívica e democrática das pessoas. Não é difícil concluir que, afinal, nunca praticaram desporto!...

AUTÁRQUICAS

Carlos Capelas\*

## PORQUÊ, AMAR LISBOA

**S**ou lisboeta e gosto muito da minha Lisboa, é uma cidade alegre, banhada pelo esplendor do Tejo, colorida nas suas colinas-presépio, e com uma claridade que não se esquece.

Como utente da cidade, eu sou um observador participante e verifico que, nos últimos anos, Lisboa tem melhorado muito em qualidade, apresentando relevância nas relações económicas e culturais, no espaço europeu.

E considero que, João Soares, como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tem chefiado bem uma equipa cujo trabalho é superior, em quantidade e qualidade, a tudo que, em igual tempo, alguma vez se fez na capital.

Com a continuada recuperação urbana do Chiado e da Baixa Pombalina, actualmente, Lisboa já tem bem arranjadas as suas belas praças de rica estatutária. Assim, veja-se o belo Terreiro do Paço, sem o parque automóvel, a do Município, com pelourinho de peça única, e a do Martim Moniz, recuperada após mais de meio século de abandono e onde vão dar continuidade às residências para estudantes.

E o Rossio, a histórica praça de Lisboa, que está linda e tem limpas as suas belas fontes com ninfas. Os passeios têm espaço para o lisboeta passear e mantém a tradição de ponto de encontro de gentes das mais variadas etnias, que procuram notícias de amigos e familiares, dos que ficam e dos que vão e voltam dos mais distantes lugares do Mundo.

Enfim, Lisboa continua a ser uma cidade onde coabitam em paz, pessoas de várias culturas e

muitas ligadas a comunidades religiosas, o que representa um facto social muito importante, no tempo conturbado em que vivemos.

Assim, não há dúvida que Lisboa, cada dia, está mais atractiva.

Mas, há quem a aponte como pouco segura, o que se pode discordar, porque parece não haver menos segurança em Lisboa, do que em qualquer outra cidade capital como, por exemplo, Madrid, Paris, Londres, Bruxelas, Oslo, Estocolmo, ou Alger, Cairo, Colombo, entre outras.

A prova de que há segurança em Lisboa é que, após a feliz abertura da cidade à zona ribeirinha, aumentou na cidade o movimento de congressos, feiras internacionais e cruzeiros, originando a passagem por Lisboa de mais de dois milhões de turistas.

Portanto, verifica-se que João Soares tem apresentado muito trabalho e bom, é um atarcar dinâmico, com experiência, currículo político e com programa para o futuro de Lisboa.

Como político culto, equipou a cidade com galerias de arte, bibliotecas, belas exposições de artistas nacionais e estrangeiros e dotou Lisboa com a Casa Fernando Pessoa, o Museu República e Resistência, a Videoteca, a recuperação do S. Luis, do Forum Roma e, em breve, a inauguração do novo Teatro Aberto e do S. Jorge renovado. E ainda, e muito especialmente, os lisboetas não devem esquecer o trabalho de elevada qualidade que foi feito na recuperação dos Paços do Concelho, após o trágico incêndio.

Assim, Lisboa está muito bonita e se, por vezes, em certos locais, algo está menos limpo e arranjado, julgo que se deve mais à falta de civismo do que à responsabilidade da administração da cidade.

Sabemos que João Soares é um político que não faz promessas, mas apresenta obra feita. E, assim, fez desaparecer de Lisboa mais de 15.000 barracas e providenciou para que milhares de pessoas fossem realojadas com dignidade humana. Por exemplo, veja-se o Relógio, a Curreleira, o Vale Escuro, o Bairro Chinês e tantos outros bairros. Actualmente, Lisboa é diferente, com os novos bairros como o Parque das Nações, Telheiras, Olaias, Alto do Lumiar, Encosta do Restelo, Ameixoeira, entre outros, e onde, nos novos arruamentos, houve o cuidado e o respeito de dar às praças e avenidas, nomes de portugueses ilustres, que em vida muito dignificaram a cidade e o País.

Mas não foi esquecido o maior drama da vida social da cidade de Lisboa e, assim, João Soares acabou com o Casal Ventoso, que era o grande mercado de droga, onde por dia se distribuíam milhares de seringas, onde em barracas de cartão tentavam sobreviver centenas de jovens toxicod dependentes, com frequentes mortes por overdose. Sei que no projecto do Casal Ventoso, além do necessário planeamento, inquéritos, programação, estiveram envolvidos muitos e bons técnicos em equipas inter-disciplinares, que realizaram um trabalho, que na minha opinião é notável em qualquer parte do Mundo.

O trabalho realizado é um exemplo que deve ser mostrado a todos: estudantes, mães e pais de família, autarcas e políticos.

A destruição do Casal Ventoso deu lugar a novos bairros, da Quinta do Cabrinha, da Quinta do Loureiro, da Avenida de Ceuta Sul e do Casal do Evaristo. Foram destruídas mais de 1 200 barracas e milhares de pessoas foram realojadas com muito carinho e respeito.

Houve o cuidado de equipar os novos bairros, com espaços verdes, escola, creche, piscina, campo de jogos, centro de saúde, esquadra de polícia, capela com culto católico, residência para idosos, centro de dia, associações de cultura e desporto, estacionamento automóvel, parque infantil, estabelecimentos comerciais, centro de apoio e manutenção aos bairros, centro de apoio médico aos toxicod dependentes e, perto, mais um centro de apoio aos sem-abrigo.

Quanto aos transportes públicos, a cidade continua a caminhar para uma estação de metro por bairro e o trânsito automóvel tem melhorado, com o aumento dos parques de estacionamento subterrâneos, sendo que o trânsito em Lisboa não é pior que nas outras cidades capitais da Europa.

Em Lisboa, vamos entrar em período eleitoral e, possivelmente, com dura luta. Eu penso que João Soares vai ganhar, porque é o melhor candidato; isto pelo trabalho apresentado, pelas suas qualidades e pelo que se propõe ainda fazer pela cidade de Lisboa.

\*Militante do PS de Campo de Ourique







## CIVILIZAÇÃO DO UNIVERSAL

**A** guerra contra o terrorismo veio pôr em relevo – ainda que se declare o contrário – o confronto entre dois mundos: o judaico-cristão e o islâmico. Dicotomia que em parte – só em parte, há muitas excepções – coincide com a oposição tradicional entre o mundo dos ricos e o dos pobres.

A «grande coligação» contra o terrorismo tem procurado – e bem! – esbater este confronto, integrando, nomeadamente, grande parte dos países árabes, ou, melhor dito: dos governos dos países árabes. Porque por detrás do verniz das declarações oficiais há o sentimento profundo dos povos, que é diferente e vem facilmente ao cimo, como qualquer observador atento compreende. E que é grave, se vier a aprofundar-se e a interiorizar-se nas consciências dos muçulmanos, como parece estar a acontecer em quase todos os países árabes.

Preocupado com esta situação, que é realmente muito preocupante, Sua Santidade o Papa tem procurado dar um precioso contributo para a esbater, tendo repetidamente falado da urgência e da necessidade de trabalhar sem descanso em favor da paz e do diálogo – o indispensável diálogo para se chegar a uma paz que não seja apenas a ausência de guerra, provocada pelo desproporcionado poderio militar. Nesse sentido, marcou para 14 do próximo mês de Dezembro um dia de jejum e oração em favor da paz, e para Janeiro de 2002 o III Encontro Ecuménico.

Particpei de vários encontros ecuménicos, em favor da paz, organizados pela Comunidade de Santo Egidio – entre os quais o que se realizou há dois anos em Lisboa e em Setembro do ano em curso, em Barcelona – e conheço a sua imensa utilidade e significado, sobretudo entre as chamadas religiões do Livro (ou abraâmicas). É mesmo talvez o momento de se estimular nos nossos países a criação de verdadeiras comunidades abraâmicas para que esse diálogo – que implica o reconhecimento do outro e o respeito pelo que é diferente de nós – chegue ao nível das pessoas simples e possa fluir, normalmente, entre elas.

Como agnóstico, contudo, sempre me interroguei sobre como é possível o entendimento – em matéria de fé – entre diferentes religiões reveladas, cada uma detentora da sua própria verdade. É isso que é novo e tem vindo a ser desenvolvido desde o Concílio Vaticano II e pelo actual Papa. O facto de cada Igreja se considerar exclusiva detentora da verdade é o que explica os conflitos e as guerras religiosas do passado – e as cruzadas –, cuja memória se perpetuou através dos séculos, deixando um rasto imenso de incompreensão, de ressentimento e de muitos sofrimentos.

Diz-se que o Islão – que em árabe significa apenas «subordinação a Deus» – é, das três religiões monoteístas, a que tem mais dificuldade em aceitar o laicismo, dado que o Corão – o livro santo dos muçulmanos,



**Há teóricos e politicólogos, como o americano Ian Lesser, que dizem que os novos terroristas, inflamados pelo fundamentalismo islâmico, não podem ser vencidos. Têm de ser apenas contidos e impedidos de cometer crimes. Não estou de acordo. Podem ser vencidos se soubermos atacar as raízes do mal: a miséria, o subdesenvolvimento, a injustiça, a ignorância, a falta de acesso a uma informação independente, o isolamento.**

ditado em árabe por Alá (Deus) a Maomé (o profeta, ou seja: o enviado de Deus, que nasceu em Meca em 570 da nossa era) –, contém preceitos não só religiosos como jurídicos, civis, de toda a ordem e sobre a organização do próprio Estado. A confusão entre a religião e o Estado explica o integrismo totalizante de algum islamismo e uma certa intolerância latente, bem como a existência de Estados teocráticos em diversos países árabes, como o Irão ou a Arábia Saudita.

A expansão espectacularmente rápida do islamismo foi conseguida por via bélica, é verdade, pela guerra («jihad») – como aliás era corrente no tempo – entre 632 e 732, quando os muçulmanos (a que os cristãos chamavam infieis) foram contidos na batalha de Poitiers, atingindo o máximo da sua expansão a Ocidente. Mas a expansão dos

cristãos, as conquistas, a escravatura e a recente dominação colonial não foi feita da mesma maneira? O Rei de Marrocos, descendente directo do Profeta, que governa hoje o Estado porventura mais moderado do mundo árabe, ainda agora ostenta o título de «comandante dos crentes»...

A «jihad», «guerra santa», tem também, contudo, o significado de «esforço sobre si próprio para se tornar melhor, em conformidade com os ensinamentos do Corão». Os teólogos islâmicos elaboraram a teoria do Dar-el-Islão, o território do Islão ou «território de paz», que é a «oumma», «a mãe», que designa a comunidade dos muçulmanos e que é uma mãe e não uma pátria. Quer isto dizer que o islamismo, como religião, contém em si um imenso espaço de tolerância. Só assim, de resto, poderia

ter sido – como foi do séc. VIII ao séc. XIII – um factor de modernidade, que soube, em diálogo com os cristãos na idade média, transmitir-lhes, na terra de contacto que foi a Península Ibérica – nomeadamente na Andaluzia e em Córdova –, a ciência e a filosofia gregas e as descobertas vindas do Oriente, a aritmética e o zero (da Índia) e a pólvora da China.

Perante uma civilização que nos deixou tão impressionantes obras de arte, que perduram no tempo – uma tão rica literatura, com excepcionais poetas, uma medicina de ponta (Aviceno) e um poeta e matemático como o persa Omar Kayam, entre tantos outros –, é impensável considerar que a modernidade lhes é alheia e tratar 1300 milhões de seres humanos (mais do que os católicos) com arrogância ou manifesto complexo de superioridade, que não têm qualquer razão de ser.

O problema está em saber – e esse é, quanto a mim, o sentido do «diálogo ecuménico» – se há entre os diferentes fiéis das diferentes religiões alguns valores comuns susceptíveis de serem partilhados. Ora, manifestamente, há. O sentido inato de justiça, o sentimento do bem, o amor ao próximo, o respeito da vida humana, a compreensão da unidade e comum destino do homem na Terra, nossa «casa comum», são valores partilhados por todas as religiões e todas as culturas. São valores que constituem um património comum – como os direitos do homem – aquilo que o grande poeta, humanista e estadista senegalês, Leopold Senghor, chamava «a civilização do universal». Não é a civilização do Ocidente ou as civilizações do Oriente, as civilizações do Norte ou do Sul – mas a «civilização do universal», cujos valores são comuns a toda a Humanidade. É essa civilização do universal que devemos invocar – e servir-nos de referência – na luta contra o terrorismo, em que estamos legitimamente empenhados. Mas, nessa luta não podemos sacrificar os valores que dela decorrem, nomeadamente, os que têm que ver com a dignidade da pessoa humana, com o respeito pelos outros e com as garantias e liberdades dos que são acusados de ter cometido crimes, por forma a poder julgá-los com imparcialidade.

Há teóricos e politicólogos, como o americano Ian Lesser, que dizem que os novos terroristas, inflamados pelo fundamentalismo islâmico, não podem ser vencidos. Têm de ser apenas contidos e impedidos de cometer crimes. Não estou de acordo. Podem ser vencidos se soubermos atacar as raízes do mal: a miséria, o subdesenvolvimento, a injustiça, a ignorância, a falta de acesso a uma informação independente, o isolamento. Trabalhando seriamente pela única utopia por que vale a pena lutar: a de uma nova ordem internacional – mais justa, mais humana e mais igualitária –, onde caibam todos os seres humanos, independentemente de sexos, religiões, culturas ou condições sociais.

In «Expresso», 24-11-2001

## CARTA A UM CONTRIBUINTE CUMPRIDOR

**M**eu Caro Amigo,  
A exigência e o rigor estão invariavelmente votados à incompreensão. Escrevo-lhe para esclarecer alguns aspectos que merecem referência. Impõe-se que não desistamos de uma persistente acção que nos permita combater o fatalismo e o atraso. Temos de contrariar a cegueira das soluções fechadas ou das receitas dogmáticas. E, quando falamos de política orçamental, o respeito pelos princípios fundamentais de rigor e coesão social determina que ponhamos o contribuinte em primeiro lugar - e que nos disponhamos a criar um impulso reformador, que, em vez de mudanças formais, apele ao sentido de responsabilidade de todos, criando um sistema fiscal simples, estável e duradouro - que ligue justiça e competitividade. A transparência e a verdade devem ser a regra. A proposta de Orçamento de Estado para 2002 foi elaborada imediatamente antes de 11 de Setembro e apresentada sob os efeitos directos desse evento. Um mês decorrido, e perante a evolução das circunstâncias, a comunidade internacional e as organizações económicas verificaram que as consequências da tragédia de Nova Iorque e Washington são mais profundas e duradouras do que há um mês atrás se previa. Entendemos, por isso, retirar consequências no momento próprio, o da votação na especialidade do Orçamento de Estado. Seria errado não alterar o quadro macroeconómico e a previsão das receitas fiscais para 2002 e seria incorrecto não apresentar imediatamente a alteração para o Orçamento de 2001. Correndo o risco da incompreensão, mas agindo de acordo com o interesse nacional, procedemos às alterações indispensáveis, segundo os princípios do rigor e da transparência. Manda a verdade que se diga, que muitos dos que disseram que deveríamos fazer isto mesmo, encontram agora outros argumentos para formular outras críticas, esquecendo os seus "conselhos" e desafios de há bem pouco. Os objectivos e o conteúdo do Orçamento da despesa mantêm-se. A consagração de um limite de 4 por cento para a despesa corrente primária, uma clara opção de disciplina e de eficiência, bem como o cuidado posto na previsão, que decorreu de um trabalho inédito com os serviços da Administração Pública, saudado por muitos como positivo, não deve ser mexido. Persiste, pois, a prioridade ao investimento público, o cumprimento dos objectivos de políticas sociais, a determinação no prosseguimento da convergência real com os nossos parceiros europeus. Se a cobrança de receita fiscal foi afectada em 2001 pelo abrandamento económico deve ser feito o ajustamento adequado para o próximo ano. Foi o que se fez - considerando as novas previsões para o consumo privado e para o crescimento do



**O contribuinte cumpridor merece o melhor - e sobretudo que prossigamos no combate sem tréguas à fraude e à evasão para que todos respeitem a lei. Não podemos pactuar com o flagrante desrespeito dos mais elementares deveres de cidadania. O justo não pode continuar a pagar pelo incumpridor.**

produto interno bruto. Ao passar a previsão de crescimento em 2002 de 1,75 a 2,25 para 1,5 a 2 (indo ao encontro das diversas previsões conhecidas), mais não se faz do que incorporar o que foi conhecido na evolução económica depois da apresentação do Orçamento em 15 de Outubro passado. Lembre-se que há dois meses todas as previsões consideravam o ano 2002 melhor que 2001 e que há um mês a tendência era para uma evolução idêntica. Hoje, todos prevêem que o abrandamento económico seja maior no próximo ano, mantendo-se Portugal a crescer mais do que a média europeia. Não poderíamos fazer outra coisa senão considerar os novos factos. Muito se tem dito ainda sobre as alterações ao Orçamento de Estado para 2001. Deixando de lado considerações demagógicas e fáceis, a verdade é que foi o abrandamento económico o responsável pela redução de

receitas fiscais. Cumprimos as reduções de despesa pública de 150 milhões de contos decididas em 29 de Junho passado. No entanto, estando a despesa controlada e o Governo no uso da margem de manobra do Plano de Estabilidade e Crescimento quanto ao défice (como a Alemanha ou a França), só o facto de prevermos um défice maior do que 1,1 por cento do PIB já levaria a rectificação. Mantemos, assim, o compromisso da despesa pública - recusando especulações sobre outras exigências ou necessidades. Usaremos a margem de manobra, isto é, a flexibilidade prudente permitida pela União Europeia, para não sacrificarmos políticas sociais e de investimento. Eis o que está em causa. Uma última palavra sobre as medidas fiscais. O ano 2002 será de consolidação da tributação desagravada sobre os rendimentos do trabalho por conta de

outrém, de redução do IRC, de apoio especial aos concelhos do interior, de vigência dos regimes simplificados, da adopção de medidas de competitividade fiscal (que não correspondem a qualquer recuo, mas sim à necessidade de atrair capitais, de favorecer a confiança e de adequar a lei às exigências técnicas do sistema financeiro e bancário), da concretização de um quadro claro de garantias dos contribuintes, ou da concretização de um programa audacioso de combate à fraude e à evasão fiscais (em nome da justiça fiscal e da equidade) e de mobilização da Administração tributária. O contribuinte cumpridor merece o melhor - e sobretudo que prossigamos no combate sem tréguas à fraude e à evasão para que todos respeitem a lei. Não podemos pactuar com o flagrante desrespeito dos mais elementares deveres de cidadania. O justo não pode continuar a pagar pelo incumpridor. O sistema fiscal simples, estável e duradouro, que preconizamos, obriga a sentido de responsabilidade de todos - sobretudo num momento em que a competitividade não se compadece com dogmatismos e rigidez. Precisamos de consensos alargados, pois só há determinação reformadora se todos nos dispusermos a compreender que os novos métodos e exigências obrigam a não pactuar com a demagogia ou com uma lógica de crise ou de voto puramente negativo. Resta aguardar muito pouco, para saber que disponibilidades existem quanto aos novos regimes de tributação sobre o património e sobre o automóvel. Ou continuará a lógica de reprovar em primeiro lugar, deixando a leitura das propostas para depois ou para nunca?...

Meu caro contribuinte cumpridor, esta explicação era-lhe devida, com toda a serenidade e sabendo que disciplina financeira acrescida e o combate à fraude e evasão fiscais são a única via para se poder no futuro desagravar a tributação dos trabalhadores dependentes e os rendimentos mais baixos. Optimismo ou pessimismo? Não se espere facilidade ou visão idílica das coisas. Precisamos do mercado nacional a funcionar bem com fronteiras abertas, precisamos da confiança dos agentes económicos e dos trabalhadores, precisamos de um Estado regulador sério e sistemático... Recuse-se, assim, o pessimismo fatalista. Do que necessitamos é de pessimismo da inteligência e de optimismo da vontade. Só assim mobilizaremos esforços, aproveitaremos oportunidades, e atrairmos recursos e iniciativas criadoras para recuperarmos sem ilusões e com segurança... As dificuldades podem ser motivadoras e vamos trabalhar para que seja assim. Aceite, pois, os afectuosos cumprimentos do G. O. M.

In «Diário de Notícias», 28-11-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Concerto em Abrantes**

A Companhia de Dança de Lisboa regressa, hoje, às 22 horas, ao Cine-Teatro São Pedro com o espectáculo «Na abertura do horizonte a cidade da utopia», dedicado à memória do cantor de Abril, José Afonso. No âmbito da iniciativa «Música do Milénio», assista, na próxima quarta-feira, dia 12, ao concerto de Pedro Caldeira Cabral intitulado «Memórias da Guitarra Portuguesa», também no S. Pedro, pelas 21 e 30.

**Poesia em Albufeira**

«Poemas de Natal de Samora Barros» é o título dado ao serão de poesia que vai decorrer na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, amanhã, a partir das 21 e 30. A VII Grande Noite de Fado Amador acontecerá, no sábado, dia 8, às 20 e 30, na Casa do Povo de Paderne. Até ao final do mês, encontra-se patente ao público, na Galeria Samora Barros, uma mostra de pintura de Jochen Bruenjes (Alemanha). A exposição poderá ser visitada diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, excepto aos domingos e feriados.

**Jazz em Coimbra**

O Choral Aeminiun interpretará a obra «Missa em Ré» opus 86, de Antonín Dvorák, no seu concerto inaugural, a realizar-se sábado, às 21 horas, na Igreja de São José. João Paulo Vieira e Serafim Lopes são o Duet Jazz e estarão no «I'PJ Fora d'Horas», no dia 8.

**Kubrick em Guimarães**

A película mais mediática do momento, «Harry Potter», será exibida, partir de hoje e até ao dia 13, no Cinema São Mamede. As «Maçazinhas e Danças de S. Nicolau» e o Baile Nicolino realizam-se, respectivamente, hoje e amanhã. Dando seguimento ao ciclo de cinema dedicado ao realizador Stanley Kubrick, o auditório da Universidade do Minho exhibe, amanhã o filme «Nascido para Matar», pelas 21 e 45. No sábado, dia 8, à mesma hora e no mesmo local, poderá (re)ver «2001: Odisseia no Espaço». O Museu de Alberto Sampaio tem patente, até 28 de Abril de 2002, uma exposição temporária intitulada «D. Manuel e a sua época nas colecções do museu».

**Orquestras em Lisboa**

A sala de ensaio do Centro Cultural de Belém (CCB) acolhe, a partir de hoje e até dia 16, às 21 e 30, o espectáculo «Primárias». Trata-se de uma peça sobre três cores, com três encenadores e três interpretações. É a última produção que encerra o ciclo «Círculo de Cor» que o Teatro Bruto iniciou com a representação de «Caleidoscópio».

«Lili Melodia» é o espectáculo infantil (com público alvo a partir dos sete anos), que estará, de 10 a 21 de Dezembro, no pequeno auditório do CCB. No grande auditório, as Orquestras Metropolitana de Lisboa e Académica Metropolitana interpretarão obras de Martinú e Strauss, na quarta-feira, dia 12, pelas 21 e 30, num evento que inclui a participação dos solistas Nelly Santos Leite e Graça Mota ao piano.

**Mostra na Lousã**

Até ao próximo dia 19, poderá apreciar no átrio da Biblioteca Municipal, a exposição biobibliográfica alusiva ao centenário do nascimento de Vitorino Nemésio, de José Régio e de José Rodrigues Miguelis.

**Danças no Montijo**

Realiza-se no próximo sábado, dia 8, o espectáculo de encerramento do Festival de Danças, com a participação especial dos Hexa Plus, no pavilhão municipal n.º 1, às 21 e 30. Recorde-se que os Hexa Plus são os grupo de street dance com maior potencial em Portugal e este ano consagram-se campeões do mundo de hip hop.

**Fotos em Portimão**

Amanhã, às 21 e 30, a Casa Manuel Teixeira Gomes, será inaugurada a exposição de fotografia «Prova de Fogo – Marking of Zephirus», de Paulo Barata.

**Meninos no Porto**

A recreação da Festa dos Meninos no Dia de S. Nicolau (hoje), sete concertos de música moderna, clássica e sacra e mais cinco peças de teatro são os destaques da 47ª semana do Porto 2001. Até ao dia 9, a Capital Europeia da Cultura integra também o encerramento do projecto «First Story» e, simultaneamente, da Linha do Género do «Metro» de conferências «O Futuro do Futuro», com um debate «no feminino», amanhã e no sábado, conduzido por Catarina Portas.

**Coros em Sintra**

Os Rádio Macau vão comemorar os seus 18 anos de carreira, com a realização de um concerto no próximo sábado, dia 8, às 19 horas, no Centro Cultural Olga Cadaval. No domingo, dia 9, assista à apresentação do Grupo Coral da Sociedade Filarmónica de Mira-Sintra, que decorrerá no antigo mercado de Aguialva (Cacém), às 16 horas. Mais tarde (21 e 30), no mesmo espaço, será altura de ver e ouvir o Coro Leal da Câmara.

**Recital em Vila Real de Santo António**

A cantora de jazz Maria Viana e a cantora lírica Carla Baptista Alves, juntam-se ao vivo pela primeira vez no Centro Cultural António Aleixo este sábado, dia 8, às 22 horas. Acompanhadas ao piano por Alan Thomas e por Paulo Basso na bateria, as duas cantoras dão voz a um recital de canções espirituais a que deram o nome «Terra Prometida».

SUGESTÃO

**PoNTI acelerado**

Um ciclo «acelerado» de 40 récitas marcarão o encerramento do terceiro festival de teatro PoNTI, a decorrer no Teatro Rivoli, no Porto. Em ano de Capital Europeia da Cultura, o Teatro Nacional S. João (TNSJ) decidiu fazer um PoNTI (Porto.Natal.Teatro.Internacional) estendido pelos 12 meses, aumentando o ritmo de apresentações de espectáculos no seu mês de origem, Dezembro. Dos nove espectáculos programados, destacam-se duas estreias absolutas, «Tia Dan e Limão» (pela companhia Assédio) e «História de uma Gaivota e do Gato que a Ensinou a Voar» (Teatro Meridional) e uma mundial, «Depois do Paraíso» (Teatro Plástico). A fase final do PoNTI'2001 começa com a Associação Teatral Olho a apresentar, até domingo, a peça «DQ – Éramos todos nobres cavaleiros a atravessar mundos apanhados num sonho», peça estreada em Setembro nos Encontros Acarte, em Lisboa. A partir de hoje e até dia 9, a companhia francesa Deschamps & Deschamps, totalista nas três edições do PoNTI, leva ao TNSJ o seu humor «trágico e devastador» com «Les Pensionnaires» (estreado em Rennes em 1999). Estas, entre muitas outras, são razões para não deixar passar um PoNTI acelerado.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Profecia**

Adolfo Casais Monteiro

Ai de quem sonha o futuro de olhos fitos no passado!  
Ai de quem vive abraçado à sua estátua de bronze!  
Ai daquele que já sabe por onde abrir o caminho!

O seu destino tem certo: que tudo lhe há-de saber a comida já comida que nada pode viver sem lhe parecer já vivido.

In «Sempre e sem Fim», (1937)  
Editado em 06-12-2001

**WORLD PRESS PHOTO 2001**

**7 A 30 de Dezembro  
Das 11h00 às 20h00**

**Galeria de Fotografias • Centro Cultural de Belém**

VISTO DE BRUXELAS

Manuel dos Santos



## REFLEXÃO E SERENIDADE NA ESPERANÇA DA VITÓRIA

**A**s eleições autárquicas não são obviamente eleições nacionais. É vulgar ouvir dizer que o que está em causa nessas eleições é, apenas, a escolha de 308 executivos municipais e de vários milhares de gestores da administração das freguesias. Não sendo, portanto, eleições nacionais, as eleições autárquicas podem, contudo, transformar-se em eleições com essa natureza.

É de algum modo o que está a suceder com as eleições do próximo dia 16 de Dezembro. Ignorar ou negar esta possibilidade é prova de hipocrisia e de insegurança pois ninguém tem dúvidas que logo após as eleições, quem as ganhar (se houver vencedor) retirará desse facto todos as ilações convenientes ao seu interesse nacional.

Dá-se ainda o facto de que estas eleições ocorrem em circunstâncias políticas particularmente complexas e discutíveis, cuja apreciação tem vindo de algum modo a abafar o eco do interesse local genuíno. Os resultados podem, deste modo, distorcer completamente o juízo global que a generalidade da população faz da qualidade das políticas locais.

Em condições normais (isto é, se apenas

estivesse em causa a avaliação da realização autárquica) as alterações de poder seriam pouco significativas e a maioria dos executivos seria eleitoralmente confirmada.

De uma maneira geral o poder local tem cumprido o seu dever; os meios financeiros (às vezes excessivos) não lhe têm faltado e a gestão é exercida num quadro de independência e autonomia em relação ao poder central.

Só, portanto, uma avaliação global (num sentido ou noutro) do eleitorado pode alterar este estado de coisas.

É, pois, sobre isso que deve reflectir-se.

A qualidade da governação socialista, desde 1995 até agora, é francamente positiva e, sobretudo, muito mais eficiente e socialmente comprometida do que a governação cavaquista que a antecedeu.

Claro que se cometeram erros (e, por vezes, como actualmente sucede, concentrados num curto espaço de tempo) mas aquele juízo é uma verdade irrefutável.

Alguma má vontade que se sente (e que será ou não eleitoralmente relevante) deve procurar-se sobretudo no estilo, na forma e na comunicação.

É inquestionável e útil para o País que o Governo termine o actual mandato,

assegurando condições de estabilidade política à sociedade portuguesa e, esse objectivo (que a ser concretizado será a verdadeira marca que os socialistas podem deixar na governação) impõe uma reflexão consciente e humilde e, nalguns casos, significativas mudanças de atitude. Sejam quais forem os resultados da próxima consulta eleitoral...

O pior que poderia suceder é que perante um resultado positivo (que naturalmente seria utilizado como reforço e valia para a prestação nacional) o PS considerasse que tudo caminhava no melhor dos mundos e na mais profunda e calma normalidade.

De igual modo, nada justificará que perante um eventual desaire (ainda que tal exija uma leitura nacional) se mobilizem desejos mal contidos e cobardemente silenciados de ajuste de contas (em espera há longos anos) ou de conquista de espaços de vaidade e de poder. A serenidade, a firmeza, a união e a solidariedade são indispensáveis.

Como indispensável é, depois de 16 de Dezembro, proceder a uma profunda e serena reflexão, sobre a qualidade das nossas políticas e a forma de relacionamento com o nosso eleitorado e com o País.

\*Deputado ao Parlamento Europeu

«Desde 1987 até agora nunca a dotação do Recria foi esgotada, pelo que não é por falta de fundos que os proprietários não recuperam os seus imóveis»

**Leonor Coutinho**

*Diário de Notícias, 3 de Dezembro*

«Crédito bonificado à habitação deve ser mais fiscalizado»

**Idem, ibidem**

«O Alentejo vai desenvolver-se e ser profundamente diferente»

**António Guterres**

*Évora, 1 de Dezembro*

«O PS e o Governo sabem pôr os limites entre o poder político e o poder económico»

**Pina Moura**

*Assembleia da República, 29 de Novembro*

«O objectivo do PSD nestas autárquicas é abrir uma crise política, derrubar o Governo e abrir condições para eleições antecipadas»

**António Guterres**

*Faro, 3 de Dezembro*

«Estou de acordo com o meu camarada Jorge Coelho quando manifesta a sua oposição a qualquer coligação com o CDS/PP e quando afirma que o PS tem de aliar-se ao povo»

**Manuel Alegre**

*Expresso, 1 de Dezembro*

# Partido Socialista

**DESLOCAÇÕES DE CAMPANHA DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA, ANTÓNIO GUTERRES AOS DISTRITOS**

**QUI 6 DEZ**

SETÚBAL - 20:00- Jantar Distrital, Pav. Vitória de Setúbal, em Setúbal

**SEX 7 DEZ**

PORTO - 20:00- Jantar Distrital no Pavilhão Rosa Mota, em Porto

**SAB 8 DEZ**

BRAGANÇA - 13:00- Almoço Distrital no Pavilhão ARA, Alfândega da Fé  
VILA REAL - 17:00- Comício - Festa, Largo da Capela Nova em Vila Real  
VIANA DO CASTELO - 20:00- Comício Distrital, Novo Campo da Feira, em Valença do Minho

**DOM 9 DEZ**

AVEIRO 13:00- Almoço Distrital, Colégio de Sta.Mª. Lamas, Sta. Maria da Feira  
VISEU 16:00- Comício-Festa, Pavilhão das Indústrias, Feira de São Mateus, em Viseu  
GUARDA 19:00- Comício na Escola Sec. Afonso Albuquerque, Guarda

**SEG 10 DEZ**

LISBOA/ODIVELAS/LOURES 20:00- Jantar Distrital Tenda Instituto Odivelas

**QUA 12 DEZ**

BRAGA 21:00- Auditório do Parque de Exposições, Braga



Ficha Técnica

**Ação Socialista**

Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista

Director

**António José Seguro**

Director-adjunto

**Silvino Gomes da Silva** silvino@partido-socialista.pt

Coordenador Administrativo e Financeiro

**José Manuel Viegas**

Redacção

**J.C. Castelo Branco** castelobranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues** maryr@partido-socialista.pt

Secretariado

**Sandra Anjos** sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval** fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

**Redacção**

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

**Administração e Expedição**

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua

Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz

